



MINISTÉRIO DA DEFESA

SECRETARIA-GERAL

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM

CENTRO REGIONAL DE MANAUS

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 54

Processo nº 60091.000179/2022-79

Pregão Eletrônico para Contratação de Prestação de Serviço Comum de Engenharia, Contínuo, com dedicação exclusiva de mão-de-obra e sob demanda .

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços continuados com mão de obra exclusiva e sob demanda (mão de obra não exclusiva, intermitente - horista) de manutenção predial, preventiva, corretiva, instalação, como também do monitoramento e operação de Sistemas de Energia Elétrica - SEE, Sistemas Eletrônicos Complementares - SEC, Sistema de Climatização - SICLIM e Sistema Hidrossanitário, que ocorre com todo o fornecimento de materiais de consumo e equipamentos, como também materiais, que neste caso será sob demanda, com o objetivo de atender as necessidades do Centro Regional de Manaus do Centro Gestor e Operacional de Proteção da Amazônia – CENSIPAM. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	CATSER	UNID.	QTD DE POSTOS	QTD DE FUNCIONÁRIOS POR POSTO	HORAS SEMANAIS
ÚNICO	Engenheiro Eletricista	1627	Posto	A01	1	40
	Aux. de Manutenção		Posto	02	1	44
	Téc. em Eletrônica		Posto	02	1	44
	Téc. em Refrigeração		Posto	03	1	44
	Eletrotécnico		Posto	03	1	44
	Téc. Informática I (Diurno, na escala 12x36 - 2 funcionários)		Posto	01	2	12X36
	Téc. Informática I (Noturno, na escala 12x36 - 2 funcionários)		Posto	01	2	12X36
	Aux. de Manutenção		Sob Demanda	até 3 funcionários concomitantes (totalidade de 240 horas/ano, no somatório dos três funcionários)		
			TOTAL DE POSTOS	13 Postos + 3 funcionários sob demanda	TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	15 funcionários + possibilidade de 3 funcionários sob demanda
TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO				R\$3.745.413,79		

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia, descriminado pelo CATSER 1627 (manutenção/reforma predial) os quantitativos e respectivos códigos são os discriminados na tabela acima.

1.3. A presente contratação adotarà como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.5. Qualquer divergência entre este Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar, prevalece este Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA E O OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **apêndice I deste Termo de Referência.**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **apêndice I deste Termo de Referência.**

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, de **caráter continuado** e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, assim como de contratação sob demanda (a Contratada utilizará da modalidade de contratação destes funcionários como trabalho intermitente, de acordo com o art. 452-A, §6º da CLT e da Portaria MTB nº 349/18) de até 3 (três) funcionários sob demanda, quando a Administração necessitar, até um limite máximo de 240 (duzentos e quarenta) horas por ano, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, bem como, através da necessidade do órgão, também poderão ser contratados funcionários sob demanda (horistas), sendo neste caso no máximo a contratação de até 240 horas por ano, podendo ser demandado até 3 (três) funcionários simultaneamente (onde as horas de cada serão somadas para gerar a quantidade máxima permitida) e o número mínimo de horas por chamada, para cada funcionário, serão de 4 (quatro) horas por dia;

5.1. 2. Os serviços serão executados nas dependências do Centro Regional de Manaus - CR-MN do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam sediado na Avenida do Turismo, no 1350 - Bairro: Tarumã - CEP 69041-010 - Manaus-AM e na Antena do CENSIPAM - localizado na Rodovia AM 010, km 29 - Manaus/AM - CEP: 69010- 970 de segunda a quinta-feira, ininterruptamente, de 07:30 às 17:30 horas, e sexta das 08:00 às 17:00, com intervalo de 01 (uma) hora para o almoço, com folga preferencialmente aos sábados e domingos, podendo ser alterado conforme necessidade da Contratante, respeitada a jornada de trabalho semanal de 44 horas, conforme legislação vigente. Os empregados que ocuparem a função de Técnico de Informática I (diurno, na escala 12x36 - dois empregados) terão o seguinte horário: 07h00 as 19h00 e das 19h00 as 07h00, todos os dias da semana, enquadrados na escala de 12hx36h (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso).

5.1.3. Quadro resumo dos locais de prestação dos serviços:

LOCAL	ENDEREÇO
CENSIPAM	Av. do Turismo, nº 1350, bairro: Tarumã, Manaus - AM
ANTENA DO CENSIPAM	Rodovia AM 010, km 29, Manaus-AM.

5.2. Atribuições e Requisitos da Equipe Técnica:

5.2.1. ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DO ENGENHEIRO - Executar serviços elétricos, eletrônicos e de telecomunicações, analisando propostas técnicas, instalando, configurando e inspecionando sistemas e equipamentos, executando testes e ensaios, além de projetar, planejar e especificar sistemas e equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações e elaborar sua documentação técnica; coordenar empreendimentos e estudar processos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações. Nestas atribuições incluem-se coordenar, orientar, supervisionar e acompanhar os serviços técnicos de operação, inspeção e manutenção de equipamentos dos sistemas de energia elétrica, sistemas eletrônicos complementares e sistemas de climatização do CRMN, bem como representar a empresa perante o CENSIPAM no Centro Regional de Manaus e na Antena do Censipam, efetuar a fiscalização do uso de Equipamentos de Proteção – EPI’s e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC’s pelos funcionários durante a execução dos serviços, como também elaborar documentação técnica da execução dos serviços, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – Ministério do Trabalho e Emprego – CBO: 2143-05. O Requisito mínimo do cargo: Possuir Diploma de Curso Superior em Engenharia Elétrica expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, com registro no Conselho de Classe (CREA). Experiência mínima, comprovada por atestados ou pela CTPS: 06 (seis) meses, conforme aduz o art. 442-A, CLT.

5.2.2. ATRIBUIÇÕES DO TÉCNICO ELETRÔNICO - Consertar e instalar aparelhos eletrônicos, desenvolver dispositivos de circuitos eletrônicos, fazer manutenções corretivas, preventivas e preditivas, sugerir mudanças no processo de produção, criar e implementar dispositivos de automação. treinar, orientar e avaliar o desempenho de operadores. estabelecer comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigir documentação técnica e organizar o local de trabalho. Podem ser supervisionados por engenheiros eletrônicos. Incluem-se nestas atribuições realizar e acompanhar os serviços técnicos, inspeção e manutenção dos equipamentos eletrônicos em geral, executar serviços de maior complexidade eletrônica em geral, inclusive de apoio a situações de emergência, conforme Plano de Manutenção. As atribuições constam da Classificação Brasileira de Ocupações – Ministério do Trabalho e Emprego – CBO: 3132-15. Requisito mínimo do cargo: possuir Diploma de Curso Técnico em Eletrônica, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Experiência mínima comprovada por atestados ou pela CTPS: 06 (seis) meses, conforme aduz o art. 442-A, CLT.

5.2.3. ATRIBUIÇÕES DO TÉCNICO EM MECÂNICA DE REFRIGERAÇÃO - Executar tarefas de caráter técnico referentes ao projeto, produção e aperfeiçoamento de aparelhos e instalações de calefação, ventilação e refrigeração, orientando-se por desenhos, esquemas, normas e especificações técnicas e utilizando instrumentos e métodos apropriados, para cooperar no desenvolvimento, fabricação, montagem, instalação, funcionamento, manutenção e reparo desses equipamentos. Elaborar projetos de sistemas eletromecânicos; montar e instalar máquinas e equipamentos; planejar e realizar manutenção; desenvolver processos de fabricação e montagem; elaborar documentação; realizar compras e vendas técnicas e cumprir normas e procedimentos de segurança no trabalho e preservação ambiental. Desta forma insere-se nestas atribuições a de realizar e apoiar os serviços técnicos de operação, instalação, inspeção e manutenção dos equipamentos do Sistema de Climatização-SCLIM, além de mecânica em geral. Executar os serviços de soldas de manutenção, eventualmente, conforme Plano de Manutenção. Além das atribuições acima descritas, deverão ser observadas as atribuições constantes da Classificação Brasileira de Ocupações – Ministério do Trabalho e Emprego – CBO: 3141-15. Requisito mínimo do cargo: possuir Diploma de Curso Técnico em Mecânica, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Experiência mínima: 06 (seis) meses, conforme aduz o art. 442-A, CLT.

5.2.4. ATRIBUIÇÕES DO ELETROTÉCNICO - Planejar atividades do trabalho, elaborar estudos e projetos, participar no desenvolvimento de processos, realizar projetos, operar sistemas elétricos e executar manutenção, atuar na área comercial, gerenciar e treinar pessoas, assegurar a qualidade de produtos e serviços e aplicar normas e procedimentos de segurança no trabalho. Estão inclusas nestas atribuições, realizar os serviços técnicos de operação, inspeção e manutenção nos equipamentos e instalações elétricas em geral (alta e baixa tensão), inclusive todos os quadros elétricos, equipamentos e instalações dentro da KF/KM, sistemas de iluminação e tomadas, operações nos equipamentos e painéis elétricos, inclusive desligamento/desenergização dos mesmos para todas as intervenções necessárias de manutenção, assim como a devida consignação dos mesmos com etiqueta de segurança, executar serviços de maior complexidade elétrica em geral, inclusive de apoio em situação de emergência, conforme Plano de Manutenção conforme as atribuições constantes da Classificação Brasileira de Ocupações – Ministério do Trabalho e Emprego – CBO: 3131-05. Requisito mínimo do cargo: possuir curso técnico em eletricidade de alta tensão ou curso de eletricista industrial ou outros diplomas que se assemelhem, conforme possibilidade admitida pelo Art. 4, §2 da Resolução 74/2019 do CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Experiência mínima: 06 (seis) meses, conforme aduz o art. 442-A, CLT.

5.2.5. ATRIBUIÇÕES DOS TÉCNICOS DE SUPORTE E MONITORAÇÃO AO USUÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (OPERADOR DE SISTEMA DE COMPUTADOR) - Prestar suporte ao cliente/usuário, orientando-os na utilização de hardwares e softwares. Monitorar sistemas e aplicações, recursos de rede, banco de dados, servidores e entrada e saída de dados. Administrar processamento de dados e asseguram funcionamento de hardware e software. Administrar segurança das informações e verificar condições técnicas do ambiente de trabalho. Inclui-se nestas atribuições, monitorar e operar os Sistemas Eletrônicos Complementares - SEC, executando as tarefas básicas e rotineiras dos computadores de automação, dentro da sala de segurança do SEC; executar em situação de emergência inspeção visual dos Chiller para avaliação do funcionamento do ar condicionado e preenchimentos de formulários referente as manutenções estabelecidas no Plano de Manutenção, conforme descrito nas atribuições constantes da Classificação Brasileira de Ocupações – Ministério do Trabalho e Emprego – CBO: 3172-05. Requisito mínimo do cargo: possuir Diploma de Técnico em Informática ou outro diploma que se assemelhe, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Experiência mínima: 06 (seis) meses, conforme aduz o art. 442-A, CLT.

5.2.6. AUXILIAR DE MANUTENÇÃO - Executar serviços de mecânica, elétrica, hidráulica (incluindo troca de torneiras, registros de gaveta, registros de pressão, chuveiros, sifões, engates, vasos sanitários e seus acessórios, manter tubulações hidráulicas bem como realizar inspeções nos sistemas hidráulicos e hidrossanitários), carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos(incluindo alterações de divisórias, arremates e pinturas). Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente, conforme as atribuições constantes da Classificação Brasileira de Ocupações - Ministério do Trabalho e Emprego - CBO: 5143-10. Requisito mínimo do cargo: possuir certificado de conclusão do Ensino Médio (antigo 2o grau) ou equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e experiência mínima: 06 (seis) meses, conforme aduz o art. 442-A, CLT.

5.3. Considerando que há inviabilidade da adoção de critério de aferição de resultados e o fato deste objeto também incluir o fornecimento da mão de obra exclusiva, nestes casos, esta licitação deverá adotar o critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, tendo em conta, o quantitativo de profissionais envolvidos, no entanto o pagamento mensal à CONTRATADA está condicionada na aplicação do Instrumento de Medição de Resultado – IMR a ser especificado neste Termo de Referência.

- 5.4. Conforme tabela do item 1 (um) deste Termo de Referência, a contratação está discriminada com sua respectiva carga horária semanal, que deverá ser respeitada, salvo por força de lei, como nos casos de feriados, férias, dentre outras situações que a lei impuser. Caso a carga horária semanal não seja respeitada, nem haja uma compensação de horário, discricionariamente aceito pela Administração, o valor referente as horas não trabalhadas deverão ser glosadas, em respeito aos princípios do não enriquecimento sem causa, do princípio do interesse público e do princípio constitucional da economicidade, neste caso, não havendo necessidade de constar expressamente no IMR, mas respeitando-se o princípio do instrumento convocatório.
- 5.5. A contratação é de natureza continuada, pois visa atender às necessidades pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do Centro Regional de Manaus, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço e o cumprimento da missão institucional.
- 5.6. O contratado deverá observar as práticas de sustentabilidades: treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 5.6.1. As ações e condições concernentes à prática de sustentabilidade para a execução dos serviços pretendidos encontram-se dispostas no item 15 (quinze) do Estudo Técnico Preliminar e item 6 (seis) do referido Termo de Referência, que trata dos Possíveis Impactos Ambientais.
- 5.7. As categorias profissionais, em regime de dedicação exclusiva, assim como os horistas (mão de obra não exclusiva), que serão empregadas no serviço e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), serão os descritos no quadro abaixo, constantes da Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação do Estado do Amazonas e o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação do Estado do Amazonas (CCT AM000007/2023) , com exceção do Engenheiro que segue as diretrizes da Lei no 4.950A/1966 e do Eletrotécnico entre o SIND DOS TRAB NA IND DA C CIVIL DA MONT IND E ENG C AM, CNPJ n. 04.438.917/0001-23 e o SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS, CNPJ n. 04.535.704/0001-10 (CCT registrada no MTE: AM000279/2023).
- 5.8. Em virtude do objeto a ser licitado, faz-se necessário que a empresa vencedora do certame tenha em seu quadro efetivo, devidamente registrado, um engenheiro civil, para registro de ações efetuadas na manutenção predial (ART), quando a legislação exigir.
- 5.9. O prazo de vigência do contrato é aquele previsto no instrumento contratual, 12 (doze) meses da assinatura contratual, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, da Lei 8.666, de 1993, tendo início da execução dos serviços previsto para o dia útil seguinte da data da assinatura do contrato.
- 5.10. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.
- 5.11. Os pré-requisitos de escolaridade, a Convenção Coletiva de referência, o CBO, o salário base e a carga horária dos profissionais necessários à execução dos serviços, podem ser vistos na tabela abaixo:

RESUMO DA CONTRATAÇÃO							
CATEGORIA PROFISSIONAL	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	EXPERIÊNCIA	CONVENÇÃO COLETIVA	CBO	SALÁRIO BASE POR FUNCIONÁRIO NO POSTO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HORÁRI
Engenheiro Eletricista	Possuir Diploma de Curso Superior em Engenharia Elétrica	6 meses	LEI 4.950-A	2143-05	R\$10.302,00	40 horas	Seg a Qui · Sex - 08:00 *Incluso 1
Auxiliar de Manutenção	possuir certificado de conclusão do Ensino Médio (antigo 2o grau) ou equivalente	6 meses	CCT AM000007/2023	5143-25	R\$ 1.689,94	44 horas	Seg a Qui · Sex - 08:00 *Incluso 1
Téc Eletrônica	Diploma de Curso Técnico em Eletrônica	6 meses	CCT AM000007/2023	3132-15	R\$ 2.722,63	44 horas	Seg a Qui · Sex - 08:00 *Incluso 1
Téc. Refrigeração	possuir Diploma de Curso Técnico em Mecânica	6 meses	CCT AM000007/2023	3141-15	R\$ 3.087,14	44 horas	Seg a Qui · Sex - 08:00 *Incluso 1
Eletrotécnico	possuir curso técnico em eletricidade de alta tensão ou curso de eletricista industrial ou outros diplomas que se assemelhem,	6 meses	CCT AM000279/23	3131-05	R\$ 4.196,94	44 horas	Seg a Qui · Sex - 08:00 *Incluso 1
Téc de Informática I (diurno)	possuir Diploma de Técnico em Informática ou outro diploma que se assemelhe	6 meses	CCT AM000007/2023	3172-05	R\$ 3.087,13	12 x 36 horas (diurno)	07:00 às 19:00 às 07:00
Téc. de Informática I (noturno)	possuir Diploma de Técnico em Informática ou outro diploma que se assemelhe	6 meses	CCT AM000007/2023	3172-05	R\$ 3.087,13	12 x 36 horas (noturno)	07:00 às 19:00 às 07:00

Auxiliar de manutenção (sob demanda)	possuir certificado de conclusão do Ensino Médio (antigo 2o grau) ou equivalente	6 meses	CCT AM000007/2023	5143-25	até 3 funcionários sob demanda totalizando 240 horas/ano no valor de R\$ 4.850,42, gerando R\$ 20,21 a hora.	mínimo de 4 horas por chamado totalizando 240 horas/ano	SOB DEM qualquer d auxiliar de
---	---	---------	----------------------	---------	--	--	--------------------------------------

5.12. A contratação terá vigência inicial de 12 meses, podendo ser prorrogada por mais 12 meses, até 60 meses;

5.13. Os serviços serão executados de segunda a quinta-feira, de 07:30 às 17:30 horas, e sexta das 08:00 às 17:00, com intervalo de 01 (uma) hora para o almoço, com folga preferencialmente aos sábados e domingos, podendo ser alterado conforme necessidade da Contratante, respeitada a jornada de trabalho semanal de 44 horas, conforme legislação vigente. Os empregados que ocuparem a função de Técnico de Informática I (diurno, na escala 12x36 - dois empregados) terão o seguinte horário: 07h00 as 19h00 e das 19h00 as 07h00, todos os dias da semana, enquadrados na escala de 12hx36h (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso).

5.14. A contratação está discriminada com sua respectiva carga horária semanal, que deverá ser respeitada, salvo por força de lei, como nos casos de feriados, férias, dentre outras situações que a lei impuser. Caso a carga horária semanal não seja respeitada, ocorrendo falta ao serviço sem justificativa, e sem ocorrer uma compensação de horário em função disto, **o valor referente as horas não trabalhadas deverão ser glosados**, em respeito ao princípio do não enriquecimento sem causa, assim como o princípio do interesse público e do princípio da continuidade do serviço público.

5.15. A glosa descrita no subitem "5.4" não prejudica a aplicação das penalidades dispostas no edital, assim como nas Leis 8.666/93 e 10.520/02.

5.16. A Contratada deverá adotar critérios de sustentabilidade ambiental durante a execução do contrato observando as orientações contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, devendo entre outras providências, otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, no uso de materiais utilizados na execução dos serviços, além da adoção das demais práticas de sustentabilidade.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo as boas práticas de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE. Os materiais básicos empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

6.2. A contratada deve usar produtos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

6.3. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

6.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

6.5. Os materiais básicos empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

6.6. A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados quando à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das boas práticas de responsabilidade ambiental.

6.7. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

6.8. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo as boas práticas de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

6.9. A CONTRATADA deverá retirar, sob orientação da Fiscalização, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela CONTRATANTE, ou descarte.

6.10. Deverão ser adequadamente separados e acondicionados para descarte todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

6.11. A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos.

6.12. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico da edificação e de seus equipamentos, bem como informação a respeito das medidas adotadas para o incremento da eficiência dos mesmos.

6.13. É mister ressaltar que os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, dentre elas a que seguem:

6.13.1. Para a contratação dos serviços, os licitantes deverão adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, em observância a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, dentre outras previstas nesta legislação, quando couber, *in verbis*:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, **nos três primeiros meses de execução contratual**, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

6.13.2. A licitante deverá observar o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, alterado pelo Decreto 9.178 de 2017, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, quanto ao:

- I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – a preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- FVII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- VIII – utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

6.13.3. A CONTRATADA deverá observar, na execução do contrato, o que rege a Lei 12.305/2010 no que tange a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como, os critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada - Setembro/2022, no que couber.

6.13.4. No que compete na referida possibilidade de aquisição de material, por parte da CONTRATADA, para execução dos serviços, descritos neste Termo de Referência, assim como os que não estão descritos, mas que tenham a possibilidade de sua aquisição por necessidade do serviço, conforme descrito no item 8, deverá observar, sempre que possível as especificações da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, art. 5, *ipsis litteris*:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

6.14. **O descarte dos materiais substituídos inservíveis ficará a cargo da contratada, utilizando-se dos procedimentos existentes nas normas que disciplinam a matéria, inclusive as ambientais.**

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá, de forma facultativa, realizar vistoria agendada com antecedência, nas instalações do CENSIPAM, localizado na Av do Turismo, Nº 1350, Bairro Tarumã, Manaus-AM, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:30 horas às 11:30 horas, na data de início do dia útil posterior ao da publicação do edital até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

7.2. Os esclarecimentos poderão ser obtidos por intermédio dos e-mails: sheila.ramos@sipam.gov.br com cópia para glauco.coelho@sipam.gov.br; inclusive o agendamento que deverá ser prévio. Em caso de dúvidas ficam ainda disponibilizado o telefone: (92) 3303-6392.

7.3. A vistoria só será iniciada após a comprovação da legalidade do representante da empresa junto ao Setor Administrativo (SEADM)

7.4. A realização da vistoria pode ser comprovada por atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3. do Anexo VII-A da IN n. 05/17.

7.5. As vistorias serão realizadas sempre com uma empresa apenas, sendo terminantemente proibido a realização com grupos de empresas.

7.6. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.7. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.8. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.10. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.11. As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável;

7.11.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. A execução dos serviços será iniciada **no dia útil seguinte da assinatura contratual** ou, respeitado o item 2.5, a1.1. do ANEXO V, da Instrução Normativa n. 05/17.

8.1.2. O prazo de vigência do contrato é o previsto no instrumento contratual, com vigência de 12 meses e podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, da Lei 8.666, de 1993.

8.1.3. Os serviços serão executados nas dependências do Centro Regional de Manaus - CR-MN do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam sediado na Avenida do Turismo, nº1350 - Bairro: Tarumã - CEP 69041-010 - Manaus-AM e na Antena do CENSIPAM - localizado na Rodovia AM 010, km 29 - Manaus/AM - CEP: 69010-970 de segunda a quinta-feira, ininterruptamente, de 07:30 às 17:30 horas, e sexta das 08:00 às 17:00, com intervalo de 01 (uma) hora para o almoço, com folga preferencialmente aos sábados e domingos, podendo ser alterado conforme necessidade da Contratante, respeitada a jornada de trabalho semanal de 44 horas, conforme legislação vigente. Os empregados que ocuparem a função de Técnico de Informática I (diurno e

noturno, respectivamente, na escala 12x36 - dois empregados) terão o seguinte horário: 07h00 as 19h00 e das 19h00 as 07h00, todos os dias da semana, enquadrados na escala de 12h x 36h (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso).

8.1.4. Excepcionalmente, com autorização da CONTRATANTE, poderá haver prestação de serviços em horários extraordinários ou aos sábados, domingos ou feriados, podendo haver compensação através do sistema de banco de horas, que deverá ser apresentado sistematicamente à CONTRATANTE.

8.1.5. O Gestor do Contrato, poderá permitir a compensação dos excessos de horas trabalhadas, que será realizada em um dia pela diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período o máximo de 120 (cento e vinte) dias.

8.1.6. A Contratada deverá ser comunicada acerca das alterações no horário de prestação dos serviços, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para que sejam tomadas as providências devidas.

8.1.7. Quadro Resumo dos locais das prestações dos serviços:

LOCAL	ENDEREÇO
CENSIPAM	Av. do Turismo, nº 1.350, bairro: Tarumã, Manaus - AM
ANTENA DO CENSIPAM	Rodovia AM 010, Km 29, Manaus - AM

8.1.8. As atribuições e Requisitos da Equipe Técnica, demonstrando o trabalho a ser executado no decorrer do contrato, por postos de trabalho, estão descritas no item "5.2" deste Termo de Referência.

8.1.9. A administração deverá adotar o critério de remuneração da contratada por posto de trabalho, tendo em conta, o quantitativo de profissionais envolvidos, **no entanto o pagamento mensal à CONTRATADA está condicionada na aplicação do Instrumento de Medição de Resultado – IMR, Apêndice IV deste Termo de Referência.**

8.1.10. A contratação é de natureza continuada, pois visa atender às necessidades públicas de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do Centro Regional de Manaus, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço e o cumprimento da missão institucional.

8.1.11. O CONTRATADO deverá observar **as práticas de sustentabilidade**, conforme item 6 (seis) deste Termo de Referência e item 15 (quinze) do Estudo Técnico Preliminar, **mas em especial: o treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade (sendo o primeiro em até 3 meses da assinatura contratual, conforme descrito na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, art. 6, V); aplicabilidade da redução do consumo de energia elétrica e do consumo de água; e a destinação de resíduos sólidos.**

8.1.12. Quanto as determinações do item 8.11, dever-se-á sempre adotar as normas ambientais vigentes, como também observar-se-á o dever e responsabilização pelo descarte do material substituído inservível, conforme legislações específicas, inclusive ambientais;

8.1.13. Os bens considerados ociosos, que não tenham previsão de utilização ou alienação, deverão ser disponibilizados para doação a outros órgãos, conforme descrito no item 6.3.1. deste Termo de Referência;

8.1.14. A CONTRATANTE poderá efetuar a alteração do horário de prestação dos serviços visando melhor adequação às necessidades da Administração.

8.1.15. Caso o horário de expediente do Órgão seja alterado por determinação legal, os horários mencionados neste item serão adequados aos novos horários;

8.1.16. A falta injustificada ensejará glosa dos valores referentes as horas não trabalhadas, conforme discriminado no subitem "5.14".

8.1.17. Não haverá possibilidade de subcontratação dos serviços descritos no objeto deste Termo de Referência, excetuando-se quando da compra de equipamentos onde esteja no prazo de garantia e exija a obrigatoriedade da verificação, instalação, averiguação ou qualquer medida, por parte de empresa distinta da CONTRATADA, com o objetivo de não perder a garantia existente.

8.1.18. Não haverá possibilidade de participação de empresas cooperadas, conforme explicações nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, em seu item 17.

8.1.19. Não haverá possibilidade de participação de Empresas em Consórcio, conforme explicações nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, em seu item 16.

8.1.20. Não se aplicará nesta contratação o Decreto n. 9.450/2018, conforme explicações nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, em seu item 18.

8.1.21. Em virtude do objeto a ser licitado, far-se-á necessário que **a empresa vencedora do certame tenha em seu quadro efetivo, devidamente registrado no CREA, um engenheiro civil, enquanto perdurar o contrato,** para registro de ações efetuadas na manutenção predial, quando a legislação exigir, de acordo com a execução do serviço;

8.1.22. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

8.1.23. De acordo com o **Plano de Manutenção (apêndice II) e deste Termo de Referência,** a CONTRATADA deverá considerar para o desenvolvimento de suas atividades as seguintes diretrizes:

- a) A CONTRATADA será responsável pela execução de todas as manutenções corretivas, preventivas e preditivas pendentes relacionados tanto as manutenções prediais quanto de sistemas, mesmo a data de surgimento sendo anterior à data da assinatura do contrato;
- b) Deverá ser efetuada a demonstração da execução dos serviços de Engenharia de Manutenção Preventiva, Corretiva e Preditiva por meio de etiquetas que devem ser afixadas em cada Equipamento, em local visível e de fácil acesso, contendo todas as ações efetuadas nos Equipamentos por ordem cronológica;
- c) A CONTRATADA deverá informar ao Fiscal do Contrato, com antecedência mínima de 07 (sete) dias, todas as ações de engenharia de manutenções preventivas previstas para a semana subsequente, com a finalidade de que se possam tomar as providências necessárias junto aos setores envolvidos;
- d) A CONTRATADA deve providenciar o o descarte das lâmpadas e dos óleos lubrificantes que forem substituídos no âmbito do Centro Regional de Manaus e/ou nos serviços efetuados na antena do CENSIPAM, conforme tabela do item 8.1.7., devendo ser descartados de forma correta, em locais destinados para esse fim, ou mesmo sendo levados para empresas de reciclagem, respeitando o item 6.2 deste Termo de Referência.
- e) A CONTRATADA deverá executar o registro e atualização das alterações realizadas por meio das respectivas plantas "as built", Anotações de Responsabilidade Técnicas - ART's e documentações pertinentes;
- f) A inoperância dos equipamentos, objeto do presente Termo, não poderá ultrapassar 48 (quarenta e oito) horas;
- g) A CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Execução dos Serviços, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura contratual, com estrita observância da metodologia, organização tecnologia e recursos materiais adequados, bem como promover inovações que resultem em economia e melhoria dos serviços;
- h) Na execução dos serviços a CONTRATADA obedecerá ao Plano de Execução dos Serviços aprovados, às Normas Técnicas vigentes a respeito, bem como atenderá as solicitações do fiscal do contrato;
- i) O planejamento das atividades de engenharia de manutenção preventiva, corretiva e preditiva relacionada ao objeto do contrato, deverá ser implementada, por áreas de conhecimento, de forma a manter a operacionalidade, contemplando, capacitação multidisciplinar dos

mantenedores e operadores dos Sistemas, incluindo nestas capacitações, também, o disposto no item 8.11, como também observando o item 6, deste Termo de Referência.

8.2. Das Manutenções Preventivas e Corretivas:

8.2.1. Os serviços de Engenharia de Manutenção Preventiva com suas respectivas rotinas, frequências e quantitativos, deverão ser realizados de acordo com os serviços elencados nos Planos de Manutenção Apêndice II deste Termo de Referência.

8.2.2. Os serviços de Engenharia de Manutenção Corretiva serão solicitados a partir de abertura de Ordem de Serviço, conforme modelo do Apêndice III, deste Termo. Os serviços de emergência deverão ter início imediato, enquanto que os de urgência poderão ser programados e deverão ser executados no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após o recebimento dos materiais fornecidos pela CONTRATANTE.

8.2.3.A CONTRATADA deverá atender prontamente a qualquer chamada que venha a receber da Fiscalização para execução dos serviços de Manutenção Corretiva, que deverão ser executados a qualquer hora e em qualquer dia;

8.2.4. Outras intervenções preventivas deverão ser executadas conforme orientações dos fabricantes que porventura não estejam especificados no Plano de Manutenção **Apêndice II** deste TR;

8.2.5. Caso alguma intervenção de orientação do fabricante não estiver prevista nos Plano de Manutenção, **Apêndice II** deste TR, o mesmo deverá ser comunicado a CONTRATANTE e realizado pela CONTRATADA;

8.3. Do Fornecimento de materiais de Consumo, peças e equipamentos de reposição novas e originais, genuínas e similares:

8.3.1. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo fornecimento, armazenamento, utilização, instalação e descarte de resíduos de todos os materiais consumíveis utilizados para execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas, objeto da contratação, como também das ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários na prestação dos serviços.

8.3.2. Havendo necessidade de substituição de material, peças de reposição sistemáticas, componente ou equipamentos, a CONTRATADA requererá ao fiscal do contrato, mediante guia de solicitação (formulário próprio da CONTRATADA), com a condição de recebimento à restituição imediata do equivalente substituído.

8.3.3. A responsabilidade com relação à aquisição e integridade dos materiais fornecidos será única e exclusivamente da empresa CONTRATADA, a CONTRATANTE não assumirá qualquer corresponsabilidade pelos materiais, mesmo que já depositadas nas dependências desta.

8.3.4. Em casos excepcionais, em que seja necessária a troca de materiais, peças ou equipamentos que comprometam o funcionamento dos Sistemas e da estrutura predial objeto da contratação e/ou coloquem em risco a segurança do complexo, parte deste ou de qualquer de seus equipamentos, e que tais materiais não esteja relacionados no Apêndice VI - Materiais a serem fornecidos pela contratada sob demanda deste Termo, estes poderão ser fornecidos pela CONTRATADA, em caráter excepcional, mediante a autorização prévia da CONTRATANTE, que reembolsará esses valores. É de responsabilidade da Contratada proceder com as cotações das peças necessárias, devendo seguir obrigatoriamente o procedimento descrito no subitem 9.3.3 deste Termo de Referência.

8.3.4.1.Os casos excepcionais serão caracterizados em situações críticas que comprometam o funcionamento dos sistemas e que podem causar danos as pessoas, equipamentos ou instalações, ou que ponham em risco a segurança destes, exigindo, portanto, providências imediatas. Qualquer aquisição de material que não se enquadre nestas condições não será caracterizada como excepcional.

8.3.5. Para subsidiar a aquisição mencionada no item 8.3.4, a CONTRATADA deverá **apresentar ao Fiscal do Contrato, Relatório Técnico descrevendo a situação e o impacto no funcionamento dos equipamentos e/ou Sistema no qual ocorreu a pane, expondo a excepcionalidade e emergências além das implicações que justifiquem a imprescindibilidade da substituição e o grau de comprometimento para o funcionamento do equipamento e/ou Sistema.**

8.3.6. O Fiscal Técnico do Contrato, após o recebimento das Cotações das peças e Relatório Técnico emitido pelo engenheiro supervisor, mencionado no subitem 8.3.5, procederá à análise, manifestando-se favorável ou não a substituição da peça, material ou equipamento. Caso seu entendimento seja pela troca, este emitirá parecer no **FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E PEÇAS – FSMP - Apêndice XI** deste TR, para autorização da aquisição da peça, material ou equipamento pela CONTRATADA.

8.3.7. O fornecimento dos materiais listados no **Apêndice VI - Materiais a serem fornecidos pela contratada sob demanda** deste Termo, estarão condicionados a autorização expressa do fiscal técnico do contrato por meio de Ordem de Serviço e Formulário de Solicitação de Materiais e Peças, conforme **Apêndice III e XI** deste Termo, respectivamente.

8.3.8. A CONTRATADA deverá apresentar os custos e aquisição dos materiais na forma estabelecida no subitem 9.3.2, entregando ao Fiscal do Contrato os orçamentos obtidos para prévia aprovação que deverá ser formalizada em formulário próprio. Somente após este procedimento a CONTRATADA estará autorizada a realizar a compra da peça, material ou equipamento.

8.3.9. Para pagamento dos materiais fornecidos pela CONTRATADA em caráter excepcional, a CONTRATADA deverá discriminar na Nota Fiscal da prestação dos serviços mensal, os itens relativos ao fornecimento de materiais, além dos demais documentos exigidos para o pagamento.

8.3.10. A CONTRATADA será responsável pela especificação e quantificação dos materiais, peças ou equipamentos a serem fornecidos, não cabendo qualquer solidariedade e/ou assunção de custos adicionais da CONTRATANTE, advindos de troca/devolução junto a fabricantes e/ou seus prepostos.

8.3.11. Os materiais a serem fornecidos pela CONTRATADA e empregados nas instalações e equipamentos da CONTRATANTE, deverão ser obrigatoriamente novos, e quando for o caso, dentro do prazo de garantia estabelecido pelo fabricante.

8.3.12. Não será admitido em hipótese alguma o emprego de materiais/peças de reposição reconicionados e/ou reaproveitados de outras instalações/equipamentos, salvo expreso consentimento da CONTRATANTE, devidamente formalizado em relatório e apenas em situações emergenciais e/ou urgentes, onde a falta de material possa comprometer os sistemas e/ou a estrutura, e/ou a segurança, ou ainda nos casos de não existência do produto no mercado a ser substituído, neste caso sendo a única alternativa recorrer a este tipo de material, sob pena de aplicação das penalidades previstas contratualmente e da imediata substituição do(s) item(s), sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.3.13. Só serão pagos pela CONTRATANTE os materiais, peças ou equipamentos que forem efetivamente utilizados na operação, supervisão, assessoramento técnico e manutenção preventiva e corretiva, desde que autorizados pelo fiscal do contrato.

8.3.14. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, instituir e/ou contratar responsável técnico com ilibada conduta e comprovado conhecimento na área, para verificação das situações de emergência e urgência das compras efetuadas, conforme o item 8.3.4, como também dos referidos preços fornecidos, no intuito de verificação de superfaturamento dos valores dos produtos adquiridos nas situações excepcionais.

8.3.15. Constatada a irregularidade por parte da empresa CONTRATADA esta deverá ser responsabilizada administrativamente, conforme disposto nas Leis 8.666/93; 10.520/02; 8.429/92; dentre outras legislações administrativas aplicáveis ou que possa a ser introduzidas no ordenamento brasileiro, assim como de acordo com as penalizações administrativas descritas neste Termo de Referência, Contrato Administrativo referente a este objeto e Edital.

8.3.16. A responsabilidade administrativa descrita no item 8.3.15, não exclui as responsabilidades civis e penais, tanto para a empresa como para qualquer um que vier a dar causa.

8.4. Falhas e Defeitos no Período de Garantia do Serviço:

8.4.1. A CONTRATADA garantirá os seus serviços pelo período de duração compreendido entre a conclusão do trabalho até, no mínimo, três meses após a data de encerramento do contrato;

8.4.2. Se a empresa CONTRATADA efetuar a reparação ou substituição dos Componentes ou Equipamentos danificados em decorrência de intempéries, descargas atmosféricas, atos de vandalismo ou outras causas não imputáveis ao fabricante, o CONTRATANTE arcará com os custos dos respectivos componentes ou equipamentos;

8.4.3. Se houver danos causados aos sistemas e/ou a estrutura predial à CONTRATANTE pela CONTRATADA, a CONTRATADA responderá por todos os custos de reparação e suas consequências;

8.4.4. A CONTRATADA deverá documentar o período de garantia técnica de responsabilidade do fabricante dos novos Materiais Sobressalentes, Peças de Reposição Sistemáticas, Componentes ou Equipamentos que forem instalados em sua gestão;

8.4.5. As áreas físicas ocupadas pela empresa CONTRATADA deverão ser mantidas e entregues, até o último dia de vigência do Contrato, nas mesmas condições de conservação em que foram recebidas.

8.4.6. Ocorrendo reformas e/ou melhorias nas estruturas ocupadas pela empresa CONTRATADA, esta deverá preservar da forma como foi entregue após as reformas e/ou melhorias.

8.5. Relatório Mensal

8.5.1 Por ocasião do encerramento do mês, será emitido pela CONTRATADA um Relatório Mensal, que deverá ser submetido à CONTRATANTE e conterá, no mínimo:

8.5.2. Descrição dos serviços executados, especificação e quantificação dos materiais empregados na realização do serviço;

8.5.3. Resumo das Manutenções Preventivas, Corretivas e Preditivas não executadas, com indicação das pendências e suas razões;

8.5.4. Resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período, incluindo faltas de água e energia, falhas dos Equipamentos e suas respectivas análises e bloqueios de causa; anormalidades e surgimento de novas situações deteriorativas na estrutura predial; e possibilidade de melhoria e medidas corretivas;

8.5.5. Evolução diária do consumo de energia elétrica e óleo diesel, além do acompanhamento dos indicadores de desempenho dos Chillers, com suas respectivas análises críticas em caso de anormalidades;

8.5.6. A execução dos serviços deverá ser prestada considerando também os seguintes itens:

8.5.7. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela compra e utilização de Materiais Consumíveis utilizados para execução dos serviços de Engenharia de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas.

8.6. Fornecimento de Materiais Sobressalentes

8.6.1. A CONTRATANTE responsabilizar-se-á pela compra e entrega à CONTRATADA- após a formalização da solicitação, dos Materiais Sobressalentes, Componentes e Equipamentos necessários para a execução dos serviços de Engenharia de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial e dos Sistemas.

8.6.2. Só serão pagos pela CONTRATANTE os materiais, peças ou equipamentos que forem efetivamente utilizados desde que autorizados pelo fiscal do contrato.

8.6.3. Durante a vigência contratual, a CONTRATADA poderá substituir os equipamentos por outros modelos mais econômicos, modernos, de capacidade diferente ou de outras marcas, assim como, visando a implementação de uso de materiais sustentáveis, de acordo com o item 6.5, deste Termo.

8.6.4. A substituição descrita no subitem anterior (8.6.3) só poderá ocorrer pela CONTRATANTE, desde que comunique antecipadamente a CONTRATADA, e a mudança não implique acréscimos nos preços contratados.

8.6.5. A forma para execução dos serviços contratados terá que cumprir fielmente todas as disposições contidas no Edital, no Termo de Referência e no Contrato firmado, desenvolvendo todos os serviços necessários à sua perfeita execução, atendendo as solicitações e determinações da Fiscalização, e também fornecer todas as informações solicitadas pela fiscalização.

8.7. Para efeito de planejamento por parte das empresas licitantes, o cronograma das ações seguirá a seguinte ordem:

CRONOGRAMA DA CONTRATAÇÃO		
ORDEM	EVENTO	PRAZO
1º	Assinatura do contrato.	Em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação
2º	Apresentação dos requisitos de qualificação profissionais; e Apresentação do portfólio de cada funcionário (a), que prestará serviço no Centro Regional de Manaus do Censipam, contendo 1 (uma) foto 3 X 4 e uma cópia da Carteira de Identidade, excetuando-se os profissionais sob demanda.	No ato da assinatura do Contrato.
3º	Apresentação, para conferência e identificação pela Contratante, das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS), devidamente preenchidas e assinadas, juntamente com a relação nominal dos (as) empregados (as) que atuarão na execução dos serviços, mencionando os respectivos endereços, telefones residenciais e celulares, excetuando os contratados sob demanda	No ato da assinatura do Contrato.
4º	Apresentação dos uniformes a serem fornecidos a seus empregados, para aprovação do Centro Regional de Manaus/CENSIPAM-MD.	Em até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato.
5º	Apresentação de todos (as) os profissionais que prestarão os serviços no Centro Regional de Manaus do Censipam para início do trabalho, excetuando-se os contratados sob demanda.	No 1ª (primeiro) dia útil após a apresentação dos requisitos de qualificação profissional.
6º	Instalação escritório na cidade de Manaus - AM ou em um raio máximo de até 50 km da cidade de Manaus-AM, do CENTRO REGIONAL DE MANAUS. (*) (**)	Comprovação em até 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, conforme perfaz item 10.6, alínea a, do ANEXO VII da IN 05/17.
(*) Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório na assinatura do Contrato. (**) A Instalação escritório com um limite máximo de distância da cidade de Manaus se faz necessário em virtude do objeto a ser contratado, por se tratar de serviço de engenharia o contato com o preposto, assim como as necessidades de reuniões, a possibilidade de registros de ART por parte da empresa, com engenheiro civil do seu quadro permanente (conforme requisito da contratação item 5.6.1) , a possibilidade de diligências na empresa, como também por se tratar de uma contratação contínua, com mão de obra exclusiva e por demanda, demonstra justificativas cabíveis para a exigência estipulada, sem contrariar o Acórdão Plenário do TCU n. 1.176/2021.		

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.2. Relação de Materiais de Consumo/Ferramentas/ Equipamentos/ EPI

9.2.1. A relação dos materiais de Consumo/Ferramentas/Equipamentos/EPI (incluso ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários para a prestação dos serviços), estão descritas no Apêndice V (Relação de Materiais de Consumo/Ferramentas/Equipamentos/EPI)

9.3. Materiais a serem fornecidos pela contratada sob demanda (com ônus para a CONTRATANTE)

9.3.1. A relação destes materiais a serem fornecidos pela contratada sob demanda estão constando no Apêndice VI deste Termo de Referência.

9.3.2. No caso da realização dos serviços que necessitam de troca de peças, materiais/sobressalentes, descritos no Apêndice VI, o fornecimento será de responsabilidade da Contratada por meio de autorização da Fiscalização do Contrato mediante ressarcimento pela Contratante.

9.3.3. Caso haja necessidade de peças, materiais/sobressalentes que não conste no Apêndice VI (materiais a serem fornecidos pela Contratada sob demanda) deste TR, mas que façam parte dos sistemas descritos no Apêndice II (plano de Manutenção) deste Termo, a Contratante reembolsará esses valores à Contratada. Para tanto, a mesma deverá apresentar previamente:

- a) Proceder o levantamento de preços e custos dos materiais autorizados pela Contratante, na base do Sistema de Preços e Custos da Construção Civil da Caixa Econômica Federal – SINAPI, do Estado do Amazonas, sendo o valor mais atualizado, e sobre esses valores serão aplicados o BDI conforme porcentagem indicada na Proposta da CONTRATADA. À Contratada deverá ainda encaminhar junto com o relatório comprovante dos preços extraído do referido sistema.

- b) Nos casos em que a tabela SINAPI não oferecer preços ou custos unitários de insumos, deverá ser utilizada a pesquisa de mercado no local da prestação do serviço, com no mínimo três orçamentos, devendo ser adquirido o de menor preço unitário desde que, o insumo eventual proposto seja equivalente aos demais, e sobre esses valores serão aplicados o BDI conforme porcentagem indicada na Proposta da Contratada.
- c) A solicitação de Material descrito no Apêndice VI - **Materiais a serem fornecidos pela contratada sob demanda**, deverá ser formalizada pela CONTRATANTE por e-mail, por intermédio da emissão de Formulário de Solicitação de Materiais e Peças, conforme modelo no Apêndice XI do Termo de Referência;
- d) A CONTRATADA deverá enviar ao fiscal do contrato, preferencialmente por e-mail, os orçamentos em até 3 dias úteis, contados da solicitação;
- e) Os orçamentos apresentados serão objeto de aprovação pela Equipe de Fiscalização do Contrato que com base em pesquisa realizada por ela também, junto a três fornecedores, também, e depois se confirmaria ou não o preço proposto, após essa análise deverá autorizar através da Ordem de Serviço, o orçamento que apresentar o menor valor, sobre o preço acordado e incidirá o mesmo desconto aplicado aos preços da tabela SINAPI (vide alínea b), depois disso encaminhar-se-á a CONTRATADA para que seja providenciada a compra do material;
- f) Os orçamentos deverão ser obtidos nas empresas que comercializam materiais de construção ou revendas especializadas, bem como empresas especialistas do ramo. A escolha deverá ser do item de menor preço de cada orçamento, na condição de preço à vista. Caso a CONTRATADA obtenha algum desconto no orçamento de menor preço, deverá repassá-lo à CONTRATANTE;
- g) O valor do material de reposição/peças/componentes efetivamente empregados na manutenção preventiva e corretiva e em demandas novas correrá por conta da CONTRATANTE, mediante ressarcimento à empresa.

- 9.3.4. O preço do material ou peça pago pelo método descrito no item anterior terá validade de 180 (cento e oitenta dias), não necessitando de nova pesquisa de preços.
- 9.3.5. A compra dos referidos materiais com suas exigências descritas no item 9.3.3. devem observar o disposto no item 8, em especial aos subitens 8.3.4; 8.3.13 e 8.3.14.
- 9.3.6. A Contratada deverá fornecer a seus empregados os equipamentos de proteção básicos para o desempenho da função quando exigível, enquadrando-se no que couber, com as normas de segurança regulamentadas pelo Ministério do Trabalho.
- 9.3.7. Os uniformes dos funcionários, conforme Apêndice VII (relação de uniformes) e os respectivos crachás de identificação, também serão entregues pela CONTRATADA aos seus funcionários;
- 9.3.7.1. O conjunto dos uniformes estão descritos no apêndice VII com a sua quantidade anual, onde a CONTRATADA deverá fornecer a cada 6 (seis) meses 2 (dois) conjuntos de camisa, calça e meia e 1 (um) par de botas de segurança, por funcionário e o seu custo não deverá ser repassado para seus funcionários.
- 9.3.8. O mesmo se aplica quanto às exigências das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho, principalmente no que tange a equipamentos de proteção individual – EPI’S, que são responsabilidades da Contratada, devendo a mesma disponibilizar para os seus empregados, conforme o tipo de serviço a ser executado.

9.4. Do quadro resumo dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI):

- 9.4.1. A composição dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), que incidem no valor anual estimado dos materiais e peças que serão utilizados na prestação dos serviços objeto da presente contratação, foi baseada nos autos do ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário.

QUADRO RESUMO DO VALOR ESTIMADO COM MATERIAIS E PEÇAS COM BDI	QTD. ANUAL	VALOR UNITÁRIO
A) Materiais a serem fornecidos pela contratada sob demanda	1	
VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL		R\$ 1.482.878,69
LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI) MÁX. 14,74% - (*1)	14,74% (BDI)	R\$ 218.576,31
VALOR GLOBAL ESTIMADO ANUAL COM MATERIAIS E PEÇAS + BDI		R\$ 3.745.413,79
VALOR GLOBAL ESTIMADO MENSAL COM MATERIAIS E PEÇAS + BDI		R\$ 312.117,81
(*1) incluir todas as despesas relativas a impostos, taxas, frete e demais encargos pertinentes, limitados a no máximo 15% (quinze por cento), BDI.		

- 9.4.2. A planilha de custos dos materiais e equipamentos para realização do serviço de manutenção predial deverá ser apresentada junto com a planilha de composição de custos e formação de preços dos profissionais para justificar os valores atribuídos às alíneas “b” e “c” (materiais e equipamentos) do módulo 5 (insumos diversos), descritos no Apêndice V - **RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO/FERRAMENTAS/EQUIPAMENTOS e EPI**.
- 9.4.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não foram incluídos no BDI, em conformidade com o definido nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. Será exigido uso de uniformes pelos empregados alocados na prestação dos serviços a serem contratados, **com exceção do posto de engenheiro** e crachás de identificação funcional.
- 10.2. As regras e diretrizes do procedimento da contratação dos serviços objetos deste Termo de Referência estão estabelecidas na [Instrução Normativa nº 05, de 25 de maior de 2017](#) e suas alterações.
- 10.3. **Conforme estabelecido no subitem 1.2 do Anexo VII-F e no item 9 do Anexo IX da Instrução Normativa/MPDG/SEGES nº 05/2017 e suas alterações, caso haja dilação do prazo inicial do contrato, o contratante deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação. Destarte, os licitantes deverão observar que entre tais custos, a rubrica férias (8,33%), que compõe o item B do Submódulo 2.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços anexa à referida Instrução Normativa, deverá ser excluído a partir do momento da primeira prorrogação do contrato, por se tratar de custo não renovável etc.**
- 10.4 A proposta deverá ser elaborada de acordo com o **Modelo de Proposta - Apêndice VIII e Modelo de Planilha de Custo e Formação de Preço - Apêndice IX** deste Termo.
- 10.5. Os licitantes quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, devem cotar na planilha de custos e formação de preços (que detalham os componentes dos seus custos) as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.
- 10.5.1. As empresas submetidas a tal regime, conforme normativos vigentes, podem realizar o abatimento de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos, tais como insumos, aluguéis de máquinas e equipamentos, vale transporte, dentre outros, fazendo com que os valores dos tributos efetivamente recolhidos sejam inferiores às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS).

10.5.2. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD - Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

10.5.3. A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS. As Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, tratam do regime de apuração de incidência não cumulativa das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

10.6. A empresa optante pelo Simples Nacional, em prestígio ao princípio da igualdade, deve preencher a Planilha de Custos e Formação de Preços, modelo constante do Apêndice IX deste Termo, conforme o regime tributário que irá optar (Lucro Presumido ou Lucro Real), computando, inclusive, "as contribuições para o 'Sistema S' e os tributos federais." (Acórdão nº 1914/2012-TCU-Plenário. Informativo/TCU nº 116); eii) Os preços ofertados serão equalizados quando os tributos indicados nas planilhas não corresponderem ao regime tributário da licitação e aos benefícios fiscais a que fizer jus" (Acórdão nº 2.517/2012 - TCU - Plenário).

10.6.1. Para perfeito cumprimento das obrigações e direitos trabalhistas quanto os adicionais de insalubridade ou periculosidade, a Contratada deverá apresentar o Laudo Técnico, no prazo de até 60 dias, contados da assinatura do contrato, sobre a caracterização das atividades que serão executadas em função do objeto da contratação, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho, através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho (atual Ministério da Economia) conforme prevê o Art. 195 da Consolidação das Leis Trabalhistas CLT, Observando as seguintes diretrizes:

- a) o adicional de periculosidade (cuja disciplina é similar a do adicional de insalubridade) deve ser concedido mediante o preenchimento de requisitos cumulativos, a saber, previsão de atividade gravosa no Anexo 4 da NR-16 e perícia que comprove;
- b) a CLT exige que tal perícia seja realizada por médico ou engenheiro do trabalho, devidamente registrado no Ministério do Trabalho (atual Ministério da Economia);
- c) sendo a emissão do laudo pericial essencial para a concessão do adicional, entende-se que os efeitos da perícia serão prospectivos (ex nunc), isto é, somente após sua realização será constituído o direito do empregado, até então sob condição suspensiva;
- d) em nenhuma hipótese o pagamento do adicional de periculosidade poderá ser cumulado como adicional de insalubridade

10.7. À licitante deverá prevê em sua proposta a depreciação anual, no percentual de 20% (vinte por cento) do Apêndice V - Relação de Materiais de Consumo/Ferramentas/Equipamentos e EPI, especificamente nas Tabelas "2 e 3" - Relação de Ferramentas e Relação de Equipamentos, respectivamente.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.6.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.6.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela contratada;

11.6.8. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built" (se for o caso), especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeção técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.6.9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo artigo 3º, §5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

11.6.10. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11.7. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

11.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

- a) A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- b) O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
- c) O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 12.4. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- 12.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual, Distrital ou Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.10. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratam de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em Lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;
- 12.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.12. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 12.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.14. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.16. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.18. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.21. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.25. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.26. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.27. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 12.29. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso, sem custos a estes funcionários;
- 12.30. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 12.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 12.32. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 12.33. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo;
- 12.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 12.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência nesse sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.36. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do Contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 12.37. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 12.38. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 12.39. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

12.40. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

12.41. Elaborar um diário de serviço de manutenção, incluindo diariamente pelo Engenheiro responsável, as informações sobre o andamento da manutenção, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

12.42. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

12.43. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n. 5975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;

12.44. Comprovar a competência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do art. 4, inciso IX, da Instrução normativa SLTI/MP n. 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

12.45. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

12.46. Cópia dos comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais -CFT, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA n. 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

12.47. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria n. 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n. 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;

12.48. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

12.49. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da Construção Civil estabelecidos na Resolução n. 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4, §§ 2 e 3, da Instrução Normativa SLTI/MP n. 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

12.50. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

12.51. Nos termos dos artigos 3 e 10 da Resolução CONAMA n. 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da Construção Civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

i) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

j) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

k) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

12.52. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

12.53. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

12.54. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

l) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n. 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

m) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n. 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

n) Nos termos do artigo 4, §3, da Instrução Normativa SLTI/MP n. 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

12.55. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por dano resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

12.56. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

12.57. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc);

12.58. Em se tratando do regime de empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto n. 7.983/2013.

12.59. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

12.60. É mister observar os itens 6.6 deste Termo de Referência;

12.61. Também é válido frisar que deverá ser observado pela empresa, como obrigação, os estipulados nos itens 8.1.9 a 8.1.11 deste Termo.

12.62. O contratado deve observar, quanto ao tratamento favorecido, previstos na Lei Complementar nº 123/06:

12.62.1. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5o-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

12.62.2. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5o-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1o, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006;

12.62.3. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.'

12.63. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte;

12.64. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

12.65. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

12.66. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.67. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

12.68. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.69. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.70. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

12.71. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

12.71.1. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

12.71.2. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3.O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.14. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração,

reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

15.14.1. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

IV - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

VII - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

15.14.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.14.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

15.14.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

15.14.5. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 15.14.4 acima deverão ser apresentados.

15.14.6. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

15.14.7. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

15.14.8. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

15.14.9. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

15.14.10. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

15.14.10.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
 - g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
 - g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

15.14.10.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

15.14.10.3. Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

15.14.11. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

15.14.12. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

15.14.13. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

15.14.14. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

15.14.15. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de até 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

15.14.16. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.14.17. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

15.14.18. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

15.14.19. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

15.14.20. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

15.14.21. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

15.15. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Apêndice IV deste Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que no caso prático obtiver um melhor dimensionamento da medição, apresentado à empresa vencedora do certame até a data da assinatura contratual. Deve haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios definidos no IMR, descrito no Apêndice IV, deste Termo, como também:

16.2.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, conforme disposto no item 16.1

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.4. O não comparecimento ao trabalho acarretará em glosa das horas não trabalhadas, conforme item 5.14, deste Termo de Referência.

17. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.1.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.1.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.1.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.1.5. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

17.2. No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.3. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, **com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.**

17.4. Nos contratos de escopo, o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

17.4.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratando;

17.4.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

17.4.3. O prazo para recebimento definitivo será de até **90 dias**.

17.4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3.O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período de prestação dos serviços;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	------------------------------	--

19. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

19.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

19.4. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

a) 13º (décimo terceiro) salário;

b) Férias e um terço constitucional de férias;

c) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

19.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017, discriminados conforme a tabela a seguir:

ITEM	PERCENTUAIS		
13o (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS	4,00 % (quatro por cento)		
Subtotal	24,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula seis por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e cento)
TOTAL	32,82% (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento)	33,03% (trinta e três vírgula zero três por cento)	33,25% (trinta e três vírgula por cento)
Obs.: * Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do traba			
no inciso II do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.			

19.6. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

19.7. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência, que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

19.8. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

19.9. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

19.9.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

19.9.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

19.9.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.10. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (PEPACTUAÇÃO)

20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

20.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

20.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

20.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

20.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

20.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

20.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

20.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

20.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

20.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

20.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

20.8.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

20.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

20.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

20.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

20.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

20.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento do Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V(I - I_0) / I_0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I₀ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

20.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

20.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

20.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

20.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

20.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

20.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras. 20.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

20.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

20.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

20.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

20.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

21.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

21.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

21.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

ah) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

ai) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

aj) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

21.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

21.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

- 21.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 21.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 21.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (dias) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 21.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria
- 21.12. Será considerada extinta a garantia:
- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 21.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 21.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.**

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.
- 23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- I- Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II- Multa de:

1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 23.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- III.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 23.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 23.6. As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” e “V” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 23.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
---	--

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	G
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia	
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia	
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia	
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia	
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia	
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador por item e por ocorrência	
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato	
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	

23.8. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

23.8.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.8.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.8.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.10.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 24.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 24.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 24.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 24.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;
- 24.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à gestão de mão de obra, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação:
- 24.3.2.1. O período não poderá ser inferior a 3 (três) anos, podendo ser somados os tempos de diferentes pessoas jurídicas, desde que não tenham ocorrido concomitantemente.
- 24.3.2.2. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:
- 24.3.2.2.1. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, a fim de comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra.
- 24.3.2.2.1.1. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.
- 24.4.1. Não serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica emitidos pelo próprio licitante.
- 24.4.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 24.4.2.1. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 24.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 24.6. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 24.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 24.8. A Empresa a ser contratada deverá estar em regularidade no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF ou no caso do licitante que não esteja cadastrado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 2010 deverá apresentar documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação econômico-financeira, e ainda comprovar Qualificação Técnica-Operacional, mediante as seguinte documentação.
- 24.8.2. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.**
- 24.8.3. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.**
- 24.8.4. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.**
- 24.9. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:**
- a) Valor Global: R\$ 3.745.413,79 (três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e treze reais e setenta e nove centavos)
- b) Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 24.10. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração.
- 24.11. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 24.12. As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável
- 24.12.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 24.13. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.**
- 25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 25.1. O custo anual estimado da contratação é de R\$ **3.745.413,79 (três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e treze reais e setenta e nove centavos)**
- 25.2. O custo mensal estimado da contratação é de R\$ 312.117,81 (trezentos e doze mil, cento e dezessete reais e oitenta e um centavos) , valor foi obtido a partir da pesquisa mercadológica e valores das CCT's.
- 26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 26.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2023, na dotação abaixo discriminada:
- a. Órgão/Gestão: 110511/0001;
- b. Programa: 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- c. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam;
- d. Fonte: 1000 - Recursos Livres da União;
- e. Plano Orçamentário (PO): 0007 – Funcionamento do Censipam;
- f. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640;

27. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

Apêndice I	Estudo Técnico Preliminar - ETP
Apêndice II	Plano de Manutenção
Apêndice III	Ordem de Serviço – OS
Apêndice IV	Instrumento de Medição de Resultados – IMR
Apêndice V	Relação de Materiais de Consumo/Ferramenta/Equipamento/EPI
Apêndice VI	Materiais a Serem Fornecidos pela Contratada Sob Demanda
Apêndice VII	Relação de Uniformes
Apêndice VIII	Modelo de Proposta
Apêndice IX	Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços
Apêndice X	DECLARAÇÃO DE VISTORIA
Apêndice XI	FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E PEÇAS – FSMP;
Apêndice XII	DECLARAÇÃO INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO
Apêndice XIII (A e B)	DECLARAÇÃO DE VISTORIA – LICITANTE
Apêndice XIV	DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES
Apêndice XV	DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO
Apêndice XVI	CÁLCULO DA TAXA DE BDI (LDI)

28. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

28.1. De acordo com alínea "d" do artigo 21 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, foi designada a Equipe de Planejamento da Contratação, mediante a Portaria N. 896, de 09 de fevereiro de 2023 (ID- 6061033)

GLAUCO TERRA COELHO
Integrante Administrativo

JOSÉ ONALDO DE SOUZA JÚNIOR
Integrante Técnico

28.2. De acordo, encaminhe-se ao Ordenador de Despesas.

FRANKLIN FERNANDO TEIXEIRA
Gerente do Centro Regional de Manaus

28.3. Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, de acordo com o artigo 7º, § 2º, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Ordenador de Despesas

28.4. Aprovo de acordo com o inciso i do §2º do artigo 7º da lei nº 8.666/1993, combinado com o inciso ii do artigo 14 do decreto nº 10.024, de 20.09.2019.Encaminhe-se à Coordenação de Licitações e Contratos para as providências decorrentes

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças

APÊNDICE I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ID-6649126
APÊNDICE II - PLANO DE MANUTENÇÃO ID-6259632
APÊNDICE III - ORDEM DE SERVIÇO – OS

ORDEM DE SERVIÇO - OS		
MANUTENÇÃO CORRETIVA SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA, ELETRÔNICOS COMPLEMENTARES E CLIMATIZAÇÃO		
OS nº	Criticidade:	[] Alta [] Média [] Baixa
CONTRATANTE	Local da Manutenção:	
	Sistema:	Estrutura: Equipamento:
	Descrição sucinta do serviço:	
	Prazo de Execução do Serviço:	
	Observações:	
	Data de Emissão da OS: ____/____/____	Recebido em: ____/____/____
	Assinatura do Gestor/Fiscal Técnico do Contrato	Assinatura do Preposto da Contratada
CONTRATADA	Substituição de Peças/Componentes: () SIM () NÃO	
	Relacionar o nome das Peças/Componentes:	
	Descrição do Serviço Executado:	
	Técnico Responsável pela Execução do Serviço:	
	Data da Conclusão do Serviço: ____/____/____	
SOLICITAÇÃO DE MATERIAL/MATERIAIS DEMANDADOS PELA CONTATANTE	Data: ____/____/____	Fiscal administrativo do contrato
	Autorizo o fornecimento da peça/material, pela Contratada, em caráter excepcional, que deverá ser adquirido em conformidade com o previsto no TR e Contrato nº _____	
	Data:	Fiscal técnico do contrato
	Recebimento do material/serviço	
	Entregue por: Data: ____/____/____	
	Recebido por: Data: ____/____/____ Considerações do servidor no recebimento:	

APÊNDICE IV - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

INDICADOR Nº 1	
ATENDIMENTO DAS ROTINAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS: PREDIAL; SISTEMA ENERGIA ELÉTRICA; SISTEMA ELETRÔNICOS COMPLEMENTARES, SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO, SISTEMA HIDROSANITÁRIO E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTO NO "ITEM 26" DO TERMO DE REFERÊNCIA	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a execução de todas as rotinas de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e predial
Meta a Cumprir	Plano de Manutenção dos Sistemas e de Manutenção predial do Centro Regional de Manaus
Instrumento de Medição	Relatórios da execução das manutenções preventivas e corretivas realizadas, na frequência prevista ou demandada (corretivas).
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento pelo fiscal do contrato, mediante a verificação do cumprimento das tarefas estabelecidas no Plano de Manutenção do Centro Regional e o previsto no critérios e práticas de sustentabilidade sócio ambiental
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada tarefa descrita no Plano de Manutenção do Centro Regional, que não for cumprida receberá pontuação conforme segue: Rotina diária – 01 ponto Rotina semanal – 02 pontos Rotina mensal – 03 pontos Rotina trimestral – 04 pontos Rotina semestral – 05 pontos Rotina anual – 06 pontos Somatório dos itens de rotinas não cumpridos = X
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de Ajuste no Pagamento	0 < X ≤ 30: 100% do valor da fatura mensal de manutenção 30 < X ≤ 40: 2% de desconto no valor da fatura mensal X > 40: 5% de desconto no valor da fatura mensal
Sanções Adicionais	Em caso de reincidência para 30 < X ≤ 40: multa de 2% sobre a Nota Fiscal de Manutenção + faixa de ajuste pertinente; Para X > 40: multa de 5% sobre a Nota Fiscal de Manutenção + faixa de ajuste pertinente + rescisão contratual.
Observações	1. O fiscal do contrato avaliará se a não realização da rotina das manutenções preventivas e/ou corretivas ocorreu em virtude de impedimentos da CONTRATANTE, caso este em que a rotina não será considerada no Mecanismo de Cálculo.O. 2. Todas as ocorrências deverão ser registradas pelo fiscal do contrato.
*OBS: É válido observar o item 5.3.3 nas situações de falta ao serviço, pois as horas faltantes devem ser glosadas.	
INDICADOR Nº 2	
ATENDIMENTO DAS DEMANDAS - ORDENS DE SERVIÇO (OS)	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas das manutenções corretivas, reparos e adaptações, realizadas por meio de Ordem de Serviço – OS – Apêndice III
Meta a Cumprir	Atendimento das Ordens de Serviço no prazo estipulado
Instrumento de Medição	Ordem de Serviço - OS
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento pelo fiscal do contrato, mediante a verificação da execução dos serviços descritos na Ordem de Serviço - OS no prazo estabelecido;
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Porcentagem de Ordens de Serviços resolvidas dentro do prazo: [nº de ordens de serviços resolvidas dentro do prazo / nº de ordens de serviços emitidas] * 100
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de Ajuste no Pagamento	80 a 100%: 100% do valor da fatura mensal 50 a 79%: 2% de desconto no valor da fatura mensal <50%: 5% de desconto no valor da fatura mensal
Sanções Adicionais	Em caso de reincidência de 50 a 79%: multa de 2% sobre o valor da Nota Fiscal + faixa de ajuste pertinente;

11/01/2024, 10:15

SEI/MD - 6778359 - Termo de Referência

	Para < 50%: multa de 5% sobre a Nota Fiscal + faixa de ajuste no pagamento + rescisão contratual.						
Observações	1. O fiscal do contrato avaliará se a não realização do serviço constante na OS ocorreu em virtude de impedimentos da própria CONTRATANTE, caso este em que a OS não será considerada no Mecanismo de Cálculo. 2. Todas as ocorrências deverão ser registradas pelo fiscal do contrato.						
INDICADOR Nº 03							
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS							
ITEM	OBRIGAÇÕES				SIM	NÃO	OCORRÊNCIAS
1	A CONTRATADA cumpriu o prazo estabelecido no Termo de Referência, para o pagamento dos salários dos Empregados.						
2	A CONTRATADA cumpriu o prazo previsto na legislação, para o fornecimento de Vale Alimentação dos Empregados.						
3	A CONTRATADA cumpriu o prazo previsto na legislação, para o fornecimento de Vale Transporte dos Empregados.						
4	Os Empregados da CONTRATADA se apresentam com os equipamentos de proteção (EPI) e (EPC), quando necessários a execução dos serviços.						
5	Os Empregados da CONTRATADA se apresentam sem uniforme ou de forma incompleta						
6	Serviços realizados utilizando materiais, ferramentas e equipamentos inadequados na execução dos serviços						
7	A CONTRATADA apresenta o relatório técnico com a descrição dos serviços prestados, com todas as informações requeridas, conforme prevê o subitem 11.59 do Termo de Referência.						
8	A CONTRATADA executa os serviços no prazo estabelecido, de acordo com os padrões de qualidade e quantidade contratados. No caso de serviço inadequado, os corrigiu no prazo determinado pela FISCALIZAÇÃO.						
PONTUAÇÃO ESTABELECIDA PARA RESPOSTA NEGATIVA DOS ITENS AVALIADOS							
ITEM 1	ITEM 2	ITEM 3	ITEM 4	ITEM 5	ITEM 6	ITEM 7	ITEM 8
4 PONTOS	3 PONTOS	3 PONTOS	3 PONTOS	3 PONTOS	2 PONTOS	2 PONTOS	2 PONTOS
Somatório Mensal dos Pontos: 22 Pontos							
Cálculo da Pontuação Final: (22 PONTOS) – (Somatório Mensal de Pontos)							
QUADRO RESUMO DOS INDICADORES PARA AJUSTE DE PAGAMENTO							
INDICADORES				PORCENTAGEM REFERENTE AO AJUSTE DO PAGAMENTO			
Indicador 1							
Indicador 2							
Indicador 3							
Percentual Total do Desconto - PTD							
Valor da Fatura Mensal - FM							
Valor da Fatura Mensal Ajustado: FMA = Valor da Fatura Mensal FM x (100% - Percentual Total do Desconto PTD)							
FMP = FM x (100% - PTD)							
Ref. Processo nº. _____ Local: Manaus/AM - NFS/DANFE: _____ Data: __/__/20XX Fiscal do Contrato: _____ Matrícula/Siape: _____ _____ Fiscal Técnico do Contrato CENSIPAM-CR/MANAUS							

APÊNDICE V - RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO/FERRAMENTAS/EQUIPAMENTOS/EPI/EPC

INSUMOS					
MATERIAL UTILIZADO NAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS – QUANTIDADE ANUAL					
MATERIAIS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	FITA ISOLANTE ELÉTRICA, BAIXA TENSÃO, MATERIAL BÁSICO: PVC AUTO-EXTINGUÍVEL, RESISTÊNCIA À TENSÃO: ATÉ 750 V, COR: PRETA, CLASSE TEMPERATURA: 105 °C, LARGURA NOMINAL: 19 MM, ESPESSURA NOMINAL: 0,19 MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 20 M	UND	110		
2	FITA ISOLANTE ELÉTRICA, AUTO FUSÃO, LARGURA NOMINAL: 19 MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 10 M	UND	15		
3	TINTA ESMALTE SINTÉTICO ANTIFERRUGEM (AZUL DEL REI OU SIMILAR), GALÃO COM 3,6 LITROS	UND	3		
4	TINTA PRIMER PARA SUPERFÍCIES METÁLICAS – PRIMER, COMPONENTE BÁSICO: RESINA VINILICA, HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS E ACE, FINALIDADE: PROMOVER ADERÊNCIA DE TINTA SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO FOSFATIZANTE.GALÃO COM 3,6 LITROS	UND	3		
5	PINCEL TRINCHA, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS: SINTÉTICA, TAMANHO: 2 POL.	UND	40		
6	PINCEL TRINCHA, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS: SINTÉTICA, TAMANHO: 4 POL.	UND	24		
7	ROLO PINTURA PREDIAL, MATERIAL: LÃ DE CARNEIRO, COMPRIMENTO: 9 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO	UND	30		
8	ROLO PINTURA PREDIAL, MATERIAL: LÃ DE CARNEIRO, COMPRIMENTO: 23 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO	UND	30		
9	SOLVENTE TIPO THINNER, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: DILUIÇÃO TINTA, PONTO FULGOR: 32 °C, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: ETIL BENZENO 10-25, XILENO 50, PONTO EBULIÇÃO: 140 °C – LATA COM 5 LITROS	UND	6		
10	FLANELA, MATERIAL: FLANELA, COMPRIMENTO: 55 CM, LARGURA: 45 CM, COR: AMARELA	UND	120		
11	DETERGENTE, COMPOSIÇÃO: DODECILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: LAVAGEM DE LOUÇAS, AROMA: INODORO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PH 6,5 A 7,5, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR	UND	24		
12	GRAXA AZUL FAG - GRAXA, TIPO BASE: ÓLEO MINERAL, TIPO ESPESANTE: CÁLCIO,LÍTIO, PONTO GOTA: 180 ° C, TIPO ADITIVOS: ANTICORROSIVO,ANTIOXIDANTE,ANTI-DESGASTE,AGENTE DE, APLICAÇÃO: MÚLTIPLA, CONSISTÊNCIA NLGI: 2	1/2 kg	8		
13	SOLDA DE ESTANHO SOFT EM FIO 189MSK – 60X40X1MM - SOLDA ESTANHO, ASPECTO FÍSICO: FIO SÓLIDO, FORMATO: CARRETEL, APLICAÇÃO: SOLDAGEM DE COMPONENTES ELETROELETRÔNICO, TEOR ESTANHO: 96,5 PER, CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: 3% PRATA, 0,5 COBRE, LIVRE DE CHUMBO, DIÂMETRO: 1 MM - 500G	UM	2		
14	LUBRIFICANTE LIMPA CONTATO ELÉTRICO – ANTICORROSIVO, APLICAÇÃO: LUBRIFICANTE,DESENGRAXANTE,ANTIOXIDANTE,PENETRANTE, APRESENTAÇÃO: SPRAY, COM 300ML TIPO WD40 UNID. 300ML	UND	6		
15	WD-40 300ML DESENGRIPANTE LUBRIFICANTE ANTICORROSIVO	UND	24		
16	DISCO DE DESBASTE REBOLO ABRASIVO MÉDIO – MATERIAL: ÓXIDO ALUMÍNIO, ESPECIFICAÇÃO: 115 BDA 500, DIÂMETRO: 115 MM, DIÂMETRO FURO: 22,20 MM, VELOCIDADE MÁXIMA: 13.370 RPM, APLICAÇÃO: AÇOS E SUAS LIGAS, NORMAS TÉCNICAS: ABNT NB 33, CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: TRÊS TELAS DE REFORÇO, ESPESSURA: 5 MM	UND	2		
17	DISCO DE DESBASTE REBOLO ABRASIVO FINO - DISCO DESBASTE, MATERIAL: ÓXIDO ALUMÍNIO, DIÂMETRO: 114,30 MM, DIÂMETRO FURO: 22,22 MM, APLICAÇÃO: AÇOS E SUAS LIGAS, CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: REFORÇO COM TELA DE FIBRA DE VIDRO, ESPESSURA: 3,00 MM	UND	2		

18	BATERIA ALCALINA 9V - BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, APLICAÇÃO: APARELHO ELETROELETRÔNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LONGA DURAÇÃO, SISTEMA ELETROQUÍMICO: ALCALINA, TENSÃO NOMINAL: 9 V, CAPACIDADE NOMINAL: 150 MAH, DIMENSÕES: 26,5 X 17,5 X 48,5 MM, PESO: 0,50 G	UND	20		
19	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 LITRO - ÓLEO LUBRIFICANTE, USO: AUTOMOTIVO, TIPO: MINERAL, CLASSIFICAÇÃO: API CI-4, VISCOSIDADE: SAE 15W40	LITRO	320		
20	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO 68 - USO INDUSTRIAL, TIPO: MINERAL, CLASSIFICAÇÃO: DIN 51524, VISCOSIDADE: ISO 68	LITRO	20		
21	PARAFUSOS CABEÇA CHATA PHILIPS 4MM MATERIAL: AÇO, TIPO ROSCA: FRANCESA, DIÂMETRO NOMINAL: 4MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 2CM,	UND	500		
22	PARAFUSOS CABEÇA CHATA PHILIPS 6MM MATERIAL: AÇO, TIPO ROSCA: FRANCESA, DIÂMETRO NOMINAL: 6MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 3CM,	UND	500		
23	PARAFUSOS CABEÇA CHATA PHILIPS 8MM MATERIAL: AÇO, TIPO ROSCA: FRANCESA, DIÂMETRO NOMINAL: 8MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 4CM,	UND	500		
24	PARAFUSOS CABEÇA CHATA PHILIPS 10MM MATERIAL: AÇO, TIPO ROSCA: FRANCESA, DIÂMETRO NOMINAL: 10MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 5CM,	UND	500		
25	PARAFUSOS CABEÇA CHATA PHILIPS 12MM MATERIAL: AÇO, TIPO ROSCA: FRANCESA, DIÂMETRO NOMINAL: 12MM, COMPRIMENTO NOMINAL: 6CM,	UND	500		
26	BUCHA METÁLICA COM PARAFUSO 6MM - BUCHA PARAFUSO, MATERIAL: PEAD, TAMANHO: 4 X 16 MM, TIPO: FLY 2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA 10 KG DE CARGA	UM	1000		
27	BUCHA METÁLICA COM PARAFUSO 8MM - BUCHA PARAFUSO, MATERIAL: PEAD, TAMANHO: 4 X 16 MM, TIPO: FLY 2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA 10 KG DE CARGA	UND	1000		
28	BUCHA METÁLICA COM PARAFUSO 10MM - BUCHA PARAFUSO, MATERIAL: METÁLICO, TAMANHO: 1,4, TIPO: KAP TOGGLE PARA DRY WALL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PARAFUSO FIXAÇÃO DE 13KG CARGA	UND	500		
29	BUCHA METÁLICA COM PARAFUSO 12MM - BUCHA PARAFUSO, MATERIAL: METÁLICO, TAMANHO: 3,16, TIPO: KAP TOGGLE PARA DRY WALL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PARAFUSO FIXAÇÃO DE 16KG CARGA	UND	100		
30	CHUMBADOR PARABOLT 1/4	UND	32		
31	CHUMBADOR PARABOLT 3/8	UND	32		
32	CHUMBADOR PARABOLT 1/2	UND	32		
33	REBITE POP, MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: COMUM, TIPO ABA: COMUM, DIÂMETRO CORPO: 2,5MM, COMPRIMENTO: 5MM, MATERIAL CORPO: ALUMÍNIO, MATERIAL PINO: AÇO CARBONO, TIPO CABEÇA: ABAULADA - CAIXA COM 1000 UND	CX	1		
34	REBITE POP, MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: COMUM, TIPO ABA: ABAULADO, DIÂMETRO CORPO: 3MM, COMPRIMENTO: 12MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ASTM B-209, LIGA 5052, CEGO, MANDRIL DE AÇO GALVANIZADO - CAIXA COM 1000 UND	CX	1		
35	REBITE POP, MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: COMUM, TIPO ABA: ESCAREADO, DIÂMETRO CORPO: 4MM, COMPRIMENTO: 12MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ASTM B-209, LIGA 5052, CEGO, MANDRIL DE AÇO GALVANIZADO - CAIXA COM 1000 UND	CX	1		
36	REBITE POP, MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: COMUM, TIPO ABA: ABAULADO, DIÂMETRO CORPO: 5MM, COMPRIMENTO: 14MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ASTM B-209, LIGA 5052, CEGO, MANDRIL DE AÇO GALVANIZADO - CAIXA COM 1000 UND	CX	1		
37	REBITE POP, MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: COMUM, TIPO ABA: ABAULADO, DIÂMETRO CORPO: 6,20MM, COMPRIMENTO: 40MM - CAIXA COM 1000 UND	CX	1		
38	MASSA PLÁSTICA COM CATALISADOR (APLICAÇÃO NO ATERRAMENTO) - MASSA PLÁSTICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: ÓXIDO DE FERRO, ÓXIDO DE ZINCO, SILICATO MAGNÉSIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CATALISADOR, APLICAÇÃO: VEDAÇÃO, COLAGEM DE CERÂMICAS	1/2 KG	8		
39	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO - REVELADOR FÍSICO, COMPONENTES: ÁLCOOL ISOPROPÍLICO, ACETONA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS, FINALIDADE: RETIRAR O LÍQUIDO PENETRANTE INDICANDO OS DEFEITOS, APLICAÇÃO: SUPERFÍCIES DE BAIXO CONTRATE E RACHADURAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO BRANCO PARA ENSAIO NÃO DESTRUTIVO	LITRO	6		

40	PILHA TAMANHO: PEQUENA, MODELO: AA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO: ALCALINA, TENSÃO NOMINAL: 1,5 V	UND	20		
41	PILHA TAMANHO: PALITO, MODELO: AAA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO: ALCALINA, TENSÃO NOMINAL: 1,5 V	UND	20		
42	MANGUEIRA TRANÇADA CRISTAL 3/4" - MANGUEIRA HIDRÁULICA, DIÂMETRO INTERNO: 3,4 POL, MATERIAL: PVC, COR: CRISTAL, TIPO: TRANÇADA, ESPESSURA PAREDE: 2,4 MM	METRO	50		
43	ELETRODO SOLDA, MATERIAL INDICADO: FERRO, TIPO CORRENTE: ALTERNADA E CONTÍNUA, DIÂMETRO: 2,50 MM, COMPRIMENTO: 300 MM - OK ESAB - LATA COM 5 KG	LATA	3		
44	ESTOPA - ESTOPA, MATERIAL: FIO ALGODÃO ALVEJADO, APLICAÇÃO: LIMPEZA PESADA, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LAVADA - PACOTE COM 200G	PC	20		
45	FITA VEDA ROSCA 12MMX25M - FITA VEDA ROSCA, MATERIAL: TEFLON, COMPRIMENTO: 25 M, LARGURA: 12 MM, ESPESSURA: 0,06 A 0,08 MM, RESISTÊNCIA TEMPERATURA: -200 A 260 °C, NORMAS TÉCNICAS: ABNT, MIL SPEC T-27730-A	UN	20		
46	FLUXO PARA SOLDA - FLUXO SOLDA, ASPECTO FÍSICO: PÓ, APLICAÇÃO: SOLDA LATÃO E COBRE	KG	1		
47	LÂMINA DE SERRA MANUAL PARA ARCO 12", PARA TUBOS E CANOS DE PVC - LÂMINA SERRA MANUAL, MATERIAL: AÇO RÁPIDO, QUANTIDADE DENTES: 32 DENTES POR POLEGADA, LARGURA: 1,2" POL, COMPRIMENTO: 12" POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BI-METÁLICA	UND	12		
48	LIXA Nº 80 DESBASTE FOLHA 225X275MM - LIXA, MATERIAL: CARBURETO SILÍCIO, TIPO: LIXA FERRO, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TIPO GRÃO: 80, COMPRIMENTO: 275 MM, LARGURA: 225 MM	UND	60		
49	LIXA Nº 120 ACABAMENTO FOLHA 225X275MM - LIXA, MATERIAL: CARBURETO SILÍCIO, TIPO: LIXA FERRO, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TIPO GRÃO: 120, COMPRIMENTO: 275 MM, LARGURA: 225 MM	UND	60		
50	LIXA Nº 220 ACABAMENTO FOLHA 225X275MM - LIXA, MATERIAL: ÓXIDO ALUMÍNIO, TIPO: LIXA D'ÁGUA, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TIPO GRÃO: 220, COMPRIMENTO: 275 MM, LARGURA: 225 MM, TIPO COSTADO: PAPEL	UND	60		
51	LIXA Nº 320 FINO ACABAMENTO FOLHA 225X275MM - LIXA, MATERIAL: ÓXIDO ALUMÍNIO, TIPO: LIXA MASSA, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TIPO GRÃO: 320, COMPRIMENTO: 275 MM, LARGURA: 225 MM	UND	40		
52	DETERGENTE ÁCIDO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, CORANTE E ÁGUA, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE ALUMÍNIO - PARA LIMPEZA DE SERPENTINAS DE AR CONDICIONADO	LITRO	250		
53	LUSTRA MÓVEIS - LUSTRADOR MÓVEIS, COMPONENTES: CERAS NATURAIS, AROMA: SEM CHEIRO, APLICAÇÃO: MÓVEIS E SUPERFÍCIES LISAS, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO - 200ML	UM	6		
54	RODO DE ALUMÍNIO 27 CM - RODO, MATERIAL CABO: ALUMÍNIO, MATERIAL SUPORTE: METAL REFORÇADO, COMPRIMENTO SUPORTE: 55 CM, QUANTIDADE BORRACHAS: 2 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MOLA TRAVA REMOVÍVEL , PROTETOR DE SALPICOS	UND	3		
55	SABÃO EM PÓ (QUALIDADE SIMILAR AO OMO) - SABÃO PÓ, APLICAÇÃO: LAVAR ROUPAS E LIMPEZA GERAL, ADITIVOS: AMACIANTE, ODOR: NÃO APLICÁVEL - 800G	UND	12		
56	VARETA DE SOLDA EM COBRE (PARA TUBULAÇÃO EM COBRE) - ELETRODO SOLDA, MATERIAL INDICADO: AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO: 2 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORMA DE VARETA, FORMATO REDONDO, 308L-16	KG	1		
57	SILICONE MULTIUSO TRANSPARENTE - SILICONE ADESIVO, MATERIAL: À BASE DE BORRACHA DE SILICONE, ASPECTO FÍSICO: PASTOSO, COR: INCOLOR, APLICAÇÃO: VEDAÇÃO SUPERFÍCIES LISAS E POROSAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VULCANIZA A TEMPERATURA AMBIENTE, COMPONENTE: MONOCOMPONENTE DE CURA NEUTRA - TUBO COM 270G	UND	15		
58	TERMINAL OLHAL DE 1,5MM - CONECTOR ADAPTAÇÃO TERMINAL, MATERIAL: COBRE ELETROLÍTICO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, TIPO FIXAÇÃO: POR COMPRESSÃO, CARACTERÍSTICA CONDUTOR: CABO 1,5MM2-2,5MM2 (16-14 AWG), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRÉ ISOLADO, ALTA CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA, TIPO TERMINAL: OLHAL, TIPO ISOLAÇÃO: PVC RÍGIDO AZUL	UND	120		
59	TERMINAL OLHAL DE 2,5MM - CONECTOR ADAPTAÇÃO TERMINAL, MATERIAL: COBRE ELETROLÍTICO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, TIPO FIXAÇÃO: POR COMPRESSÃO, CARACTERÍSTICA CONDUTOR: CABO 1,5MM2-2,5MM2 (16-14 AWG), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRÉ ISOLADO, ALTA CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA, TIPO TERMINAL: OLHAL, TIPO ISOLAÇÃO: PVC RÍGIDO AZUL	UND	150		

60	TERMINAL OLHAL DE 4MM - CONECTOR ADAPTAÇÃO TERMINAL, MATERIAL: COBRE ELETROLÍTICO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, TIPO FIXAÇÃO: POR COMPRESSÃO, CARACTERÍSTICA CONDUTOR: CABO 4,0MM2-6,0MM2 (12-10 AWG), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRÉ ISOLADO, ALTA CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA, TIPO TERMINAL: OLHAL, TIPO ISOLAÇÃO: PVC RÍGIDO AMARELO	UND	150		
61	TERMINAL OLHAL DE 6MM - CONECTOR ADAPTAÇÃO TERMINAL, MATERIAL: COBRE ELETROLÍTICO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, TIPO FIXAÇÃO: POR COMPRESSÃO, CARACTERÍSTICA CONDUTOR: CABO 4,0MM2-6,0MM2 (12-10 AWG), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRÉ ISOLADO, ALTA CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA, TIPO TERMINAL: OLHAL, TIPO ISOLAÇÃO: PVC RÍGIDO AMARELO OLHAL DE 6MM	UND	100		
62	TERMINAL OLHAL DE 10MM - CONECTOR ADAPTAÇÃO TERMINAL, MATERIAL: COBRE ELETROLÍTICO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, TIPO FIXAÇÃO: POR COMPRESSÃO, CARACTERÍSTICA CONDUTOR: CABO 10 MM2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRÉ ISOLADO, ALTA CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA, TIPO TERMINAL: OLHAL, TIPO ISOLAÇÃO: POLIPROPILENO COR VERMELHO	UND	50		
63	TERMINAL OLHAL DE 16MM - CONECTOR ADAPTAÇÃO TERMINAL, MATERIAL: COBRE ELETROLÍTICO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: ESTANHADO, TIPO FIXAÇÃO: POR COMPRESSÃO, CARACTERÍSTICA CONDUTOR: CABO 16 MM2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRÉ ISOLADO, ALTA CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA, TIPO TERMINAL: OLHAL, TIPO ISOLAÇÃO: POLIPROPILENO COR AZUL	UN	50		
64	TERMINAL TIPO AGULHA DE 1,5MM - TERMINAL ELÉTRICO, MATERIAL: COBRE, TIPO: AGULHA, REVESTIMENTO: ESTANHADO, APLICAÇÃO: FIO 1,5 MM	UND	150		
65	TERMINAL TIPO AGULHA DE 2,5MM - TERMINAL ELÉTRICO, MATERIAL: COBRE, TIPO: AGULHA, REVESTIMENTO: ESTANHADO, APLICAÇÃO: FIO 2,5 MM	UND	150		
66	TERMINAL TIPO AGULHA DE 4MM - TERMINAL ELÉTRICO, MATERIAL: COBRE, TIPO: AGULHA, REVESTIMENTO: ESTANHADO, APLICAÇÃO: FIO 4 MM	UND	150		
67	TERMINAL TIPO AGULHA DE 6MM - TERMINAL ELÉTRICO, MATERIAL: COBRE, TIPO: AGULHA, REVESTIMENTO: ESTANHADO, APLICAÇÃO: FIO 6 MM	UND	150		
68	TERMINAL TIPO AGULHA DE 10MM - TERMINAL ELÉTRICO, MATERIAL: COBRE, TIPO: AGULHA, REVESTIMENTO: ESTANHADO, APLICAÇÃO: FIO 10 MM	UND	50		
69	TERMINAL TIPO AGULHA DE 16MM - TERMINAL ELÉTRICO, MATERIAL: COBRE, TIPO: AGULHA, REVESTIMENTO: ESTANHADO, APLICAÇÃO: FIO 16 MM	UND	50		
70	TERMINAL TIPO GARFO DE 2,5 A 6MM - TERMINAL ELÉTRICO, MATERIAL: COBRE, TIPO: GARFO, REVESTIMENTO: ESTANHADO, APLICAÇÃO	UND	200		
71	FITA DUPLA FACE EXTRA FORTE 19MMX20M - FITA ADESIVA, MATERIAL: ESPUMA ACRÍLICA, TIPO: DUPLA FACE, LARGURA: 19 MM, COMPRIMENTO: 20 M, APLICAÇÃO: MULTIUSO	UND	6		
72	SÍLICA GEL BRANCA - SÍLICA GEL, COMPOSIÇÃO: SIO2, COR: BRANCA, ASPECTO FÍSICO: PÓ, USO: CROMATOGRAFIA CAMADA FINA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SILICA-GEL 60 GF254 MESH, SEM INDICADOR DE FLUORES, MASSA MOLECULAR: 60,8 G,MOL	KG	4		
73	ADESIVO INSTANTÂNEO MULTIUSO, - TIPO COLA MIL - COLA, COMPOSIÇÃO: CIANIACRILATO, COR: INCOLOR, APLICAÇÃO: VIDRO,BORRACHA,PLÁSTICO,PVC,METAL,ACRÍLICO,NÁILON, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GEL, TIPO: INSTANTÂNEA, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM 20G	UND	12		
74	CARGA DE ACETILENO	M³	2		
75	CARGA DE OXIGÊNIO	M³	4		
76	CARGA DE NITROGÊNIO	M³	36		
77	PANO DE CHÃO	UND	120		
78	LÁPIS DE PEDREIRO	UND	10		
79	BROCA AÇO RÁPIDO 3MM	UND	15		

80	BROCA AÇO RÁPIDO 4MM	UND	15		
81	BROCA AÇO RÁPIDO 5MM	UND	10		
82	BROCA AÇO RÁPIDO 6MM	UND	10		
83	BROCA AÇO RÁPIDO 8MM	UND	10		
84	BROCA AÇO RÁPIDO 10MM	UND	3		
85	BROCA AÇO RÁPIDO 14MM	UND	2		
86	BROCA DE VIDEA PARA CONCRETO 6MM	UND	6		
87	BROCA DE VIDEA PARA CONCRETO 8MM	UND	6		
88	BROCA DE VIDEA PARA CONCRETO 10MM	UND	3		
89	BROCA DE VIDEA PARA CONCRETO 12MM	UND	2		
90	BROCA DE VIDEA PARA CONCRETO 14MM	UND	2		
91	BROCA PARA MADEIRA 6MM	UND	3		
92	BROCA PARA MADEIRA 7MM	UND	3		
93	BROCA PARA MADEIRA 8MM	UND	3		
94	BROCA CHATA COM 6 PEÇAS	UND	1		
95	KIT DE PONTEIRA E TALHADEIRA 3 PEÇAS MAKITA	CJ	1		
96	KIT JOGO DE BROCA SDS 10 PEÇAS 4; 6; 8; 10; 12 E 14MM	CJ	1		
97	MANGUEIRA DE SUÇÃO 1"	M	15		
98	PASTA TÉRMICA 5G	UND	3		
99	KIT DE SERRA COPO BIMETALICA 16 PECAS MALETA MAKITA D-63993	UND	1		
100	LANTERNA RECARREGÁVEL COM 12 LED	UND	3		
101	ESPONJA DE PEDREIRO - 22X13X6CM.	UND	10		
102	DISCO DE CORTE FINO PARA AÇO 4" X 1,6MM.	UM	50		
103	DISCO DE CORTE FINO PARA AÇO 7" X 1,6MM.	UND	100		
104	DISCO DE CORTE DIAMANTADO 105MM.	UND	4		
105	ELETRODO REVESTIDO 3,25MM OK 2246 - CX COM 5 KG	CX	1		
106	BICO DE CORTE PARA MAÇARICO Nº02	UM	1		
107	LENTE RETANGULAR Nº10 PARA MÁSCARA DE SOLDA.	UND	2		

108	LIXA 220 ALVENARIA	UND	50		
109	LIXA 80 ALVENARIA	UND	50		
110	LIXA 120 ALVENARIA	UND	50		
111	LIXA 240 ALVENARIA	UND	50		
112	DISCO DIAMANTADO 20MM	UND	2		
113	ZARCÃO PROTETOR ANTIOXIDANTE PARA METAIS 3,6L	UND	2		
114	LONA PRETA PLÁSTICA FINA P/ PINTURA E OBRAS EM GERAL 4M X 1M	UND	20		
115	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA DUPLA 17 X 27	KG	5		
116	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 10 X 10	KG	5		
117	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 17 X 30	KG	5		
118	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 18 X 30	KG	5		
119	PARAFUSO DE AÇO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABEÇA CHATA E FENDA SIMPLES - COM 500 UND	CX	1		
120	PARAFUSO DE LATÃO COM ROSCA SOBERBA, CABEÇA CHATA E FENDA SIMPLES - COM 500 UND	CX	1		
121	PARAFUSO FRANCES M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 150 MM - COM 500 UND	CX	1		
122	PARAFUSO FRANCES M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 45 MM, DIAMETRO = 16 MM, CABEÇA ABAULADA - COM 500 UND	CX	1		
TOTAL					

EPIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
123	LUVA ALTA TENSÃO 600V COM LUVA DE COBERTURA - LUVA ISOLANTE, MATERIAL: BORRACHA, TAMANHO: GRANDE, COR: PRETA, MATERIAL INTERNO: LISO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MANOBRAS EM ALTA TENSÃO 13.8 KV, APLICAÇÃO: SISTEMAS ENERGIZADOS DE ALTA TENSÃO	PAR	2		
124	LUVA DE MALHA PIGMENTADA - LUVA SEGURANÇA, MATERIAL: MALHA DE ALGODÃO, TAMANHO: ÚNICO, APLICAÇÃO: EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (E.P.I.), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE, MODELO: CANO CURTO	PAR	80		
125	LUVA NITRÍLICA - LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL: NITRÍLICA, APLICAÇÃO: LIMPEZA, TAMANHO: ÚNICO, ACABAMENTO PALMA: ANTIDERRAPANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FORRO, TIPO USO: REUTILIZÁVEL	PAR	45		
126	PROTETOR AURICULAR - PROTETOR AURICULAR, MATERIAL: POLIURETANO, TAMANHO: ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO PLUG	UN	40		
127	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR - ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, MATERIAL ARMAÇÃO: POLIPROPILENO, MATERIAL LENTE: POLICARBONATO, TIPO LENTE: ANTI-EMBAÇANTE, INFRADURA, EXTRA ANTI-RISCO, MODELO LENTES: SOBREPOSIÇÃO (P.SER USADO SOBRE ÓCULOS GRADUADOS), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INCOLOR, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA	UN	20		
128	MÁSCARA DESCARTÁVEL COM VÁLVULA – MÁSCARA MULTIUSO, MATERIAL: MANTA SINTÉTICA COM TRATAMENTO ELETROSTÁTICO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, FINALIDADE: PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS, FUMOS E NÉVOAS TÓXICAS, TIPO CORREIA: CINTA ELÁSTICA COM AJUSTE NO ROSTO, TAMANHO:	UN	100		

	ÚNICO, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: N95,PFF2,MÍNIMO FILTRAÇÃO 95% PARTÍCULAS ATÉ 0,3				
129	MÁSCARA DESCARTÁVEL DE USO GERAL CONTRA POEIRA - MÁSCARA MULTIUSO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, FINALIDADE: PROTEÇÃO SISTEMA RESPIRATÓRIO CONTRA POEIRAS, TIPO CORREIA: CINTA ELÁSTICA AJUSTE ROSTO,TIRA METÁLICA NASAL, TAMANHO: ÚNICO, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MANTA FILTRANTE MOLDADA EM FIBRAS	UN	100		
130	CAPACETE DE SEGURANÇA COM CARNEIRA - CAPACETE SEGURANÇA, MATERIAL: POLIÉTERO ALTA DENSIDADE, TIPO ABA: BONÊ, TIPO COPA: COM ESTRIAS E CASCO RÍGIDO, COR: AMARELA, APLICAÇÃO: GRUPO DE APOIO DA BRIGADA DE INCÊNDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUSPENSÃO COM CARNEIRA AJUSTÁVEL	UN	14		
131	KIT CAPACETE BRANCO PROTETOR FACIAL ARCO ELETRICO COMPLETO LIBUS CA41986-	UN	2		
132	CORDA 12MM POLIAMIDA SINTÉTICA - CORDA SALVAMENTO, MATERIAL: POLIAMIDA, TIPO: TRANÇADO, DIÂMETRO: 12 MM, CAPACIDADE PESOS: ATÉ 2.825 KG	METRO	100		
133	CINTO DE SEGURANÇA MULTI COM TALABARTE - CINTO SEGURANÇA, MATERIAL: POLIÉSTER, USO: PARAQUEDISTA, COMPRIMENTO: 1,90 M, LARGURA: 45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACESSÓRIOS COM REGULAGEM, COMPONENTES: 03 MEIA-ARGOLAS,05 FIVELAS DUPLAS,02 LAÇOS FRONTAIS	UN	4		
134	CREME DE PROTEÇÃO SOLAR FATOR 50, 500G - PROTETOR SOLAR, TIPO PROTEÇÃO: UVA, UVB, FATOR PROTEÇÃO: FATOR 50, FORMA FARMACÊUTICA: CREME	UN	6		
135	ABAFADOR DE RUÍDOS TIPO CONCHA - PROTETOR AURICULAR, TIPO CONCHA: DUPLA, MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO, MATERIAL HASTE: AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL ALMOFADA: ESPUMA, TAMANHO: ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORMATO OVAL, REGULÁVEL, NÍVEL RUÍDOS 31DB, MATERIAL INTERNO: ESPUMA, ESPESSURA: 10 MM	UN	10		
136	UNIFORME CONJUNTO RISCO 2 NR10 CINZA	CJ	6		
137	LUVA DE RASPA DE COURO CANO LONGA	UN	6		
138	MÁSCARA DE SOLDA AUTOMÁTICA MSL-3500	UN	1		
139	MÁSCARA SEMI-FACIAL PARA PINTURA COM 1 FILTRO VO CMA-1	UN	3		
140	CAPA PARA CHUVA EM PVC, COM FORRO DE POLIÉSTER E COM CAPUZ	UN	10		
TOTAL					

EPCS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
141	CAVALETE COM PLACA DE SINALIZAÇÃO - TRECHO EM OBRAS 100CM X 100CM	UN	2		
142	CAVALETE COM PLACA DE SINALIZAÇÃO OBRAS NÃO ULTRAPASSE 100CM X 100CM	UN	2		
143	CAVALETE COM PLACA DE SINALIZAÇÃO OBRAS TRABALHO EM ALTURA 100CM X 100CM	UN	2		
144	KIT PRIMEIROS SOCORROS COMPLETO - 30 PEÇAS	UN	2		
TOTAL					

FERRAMENTAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD (E)	VALOR UNITÁRIO (R\$) (F)	VALOR TOTAL ANUAL (G=ExF)	Valor Residual (I=GxH)		Vida útil em Meses (J)	Valor da Ferramenta Mensal (K=G-I/J)
						% (H)	R\$ (I)		
145	REBITADEIRA MANUAL TIPO ALAVANCA CAMBIÁVEL (2,4 A 6MM) - REBITADEIRA MANUAL, MATERIAL: AÇO CARBONO, DIÂMETRO REBITES: 2,40; 3,20; 4; 4,80 E 6 MM, APLICAÇÃO: REBITE DE REPUXO DE ALUMÍNIO, COBRE, AÇO, AÇO INOX, ADICIONAIS: 04 BICOS E CHAVE DE TROCA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO COM EMPUNHADURA ANTIDESLIZANTES TAMANHO 10"	UN	2			20		60	
146	ALICATE PRENSA TERMINAL COM DECAPADOR 1,5-6MM - ALICATE PARA CLIMPAR, MATERIAL: METAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRENSA TERMINAIS OLHAL 1,5MM A 6 MM, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, TIPO CORTE: RETO	UN	2			20		60	
147	FERRO DE SOLDA 30W - FERRO DE SOLDAR, POTÊNCIA: 30 W, TENSÃO: 127 V, APLICAÇÃO: SOLDA EM CONTATOS ELETRÔNICOS,	UN	2			20		60	

	MATERIAL PONTA: PRATA, MATERIAL CABO: EMBORRACHADO - MINIPA								
148	FERRO DE SOLDA 60W - FERRO DE SOLDAR, FERRO ELÉTRICO DE SOLDA, APLICAÇÃO: SOLDA EM CONTATOS ELETRÔNICOS - MINIPA	UN	2			20		60	
149	ARCO DE SERRA MANUAL 12 POL. - ARCO SERRA, LÂMINA SERRA: STANDARD 12 POLEGADAS, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, TAMANHO: 12 POL, TIPO: REGULÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PROFUNDIDADE DE CORTE DE 90 MM	UN	2			20		60	
150	MAÇARICO DE CORTE MANUAL SÉRIE 1500 - BRAX + BICO DE CORTE PARA MAÇARICO 1503	UN	1			20		60	
151	JOGO DE CHAVE TORX 10 PEÇAS	UN	3			20		60	
152	SUGADOR DE SOLDA, SUGADOR DE SOLDA MANUAL	UN	3			20		60	
153	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO 8MM A 32MM	JG	2			20		60	
154	CHAVE CATRACA CT 123 3/16" 1/4" 1/2" 9/16"	JG	2			20		60	
155	LUPA CONTA FIO COM LUZ LED AMPL. 5X	UN	1			20		60	
156	EXTENSÃO CABO PP COM 50 METROS	UN	2			20		60	
157	KIT FLANGEADOR DE TUBOS EXCÊNTRICO COM CATRACA + CORTADOR + REBARBADOR TIPO CANETA	UN	1			20		60	
158	JOGO DE CHAVE CANHÃO COM 12 PEÇAS - GEDORE	JOGO	3			20		60	
159	JOGO DE CHAVE DE FENDA ISOLADAS PARA ELETRICISTAS COM 8 PEÇAS - SATA OU VILLCASE	JOGO	1			20		60	
160	JOGO CHAVES, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO: PHILIPS, FENDA, QUANTIDADE PEÇAS: 18, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO MECÂNICO, ELETRÔNICO, COMPONENTES: CHAVE FENDA 6X38MM, CHAVE FENDA 5 X 75MM, CHAVE FE, MATERIAL CABO: EMBORRACHADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA MAGNETIZADA	JOGO	4			20		60	
161	CHAVE ALLEN CROMO VANADIUM 30 PEÇAS - JOGO CHAVE, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO: ALLEN, QUANTIDADE PEÇAS: 25, COMPONENTES: 1.3, 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 4.5, 5, 5.5, 6, 7, 8, 10 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTAS ABAULADAS	JOGO	3			20		60	
162	CHAVE COMBINADA 17 PEÇAS - CHAVE COMBINADA, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO: NIQUELADO E CROMADO, TIPO: SPEEDY + CATRACA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 17 PEÇAS: 8, ATÉ 24	JOGO	4			20		60	
163	CHAVE GRIFO 14" - CHAVE AJUSTÁVEL, MATERIAL: AÇO, TAMANHO: 14 POL, ACABAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO, TIPO: GRIFO	UN	1			20		60	
164	CHAVE GRIFO 12" - CHAVE AJUSTÁVEL, MATERIAL: AÇO, TAMANHO: 12 POL, ACABAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO, TIPO: GRIFO	UN	1			20		60	
165	CHAVE INGLESA 12" - JOGO CHAVE, MATERIAL: AÇO, TIPO: AJUSTÁVEL, QUANTIDADE PEÇAS: 4, TAMANHO: 6", 8", 10" E 12", MODELO: INGLESA	UN	4			20		60	
166	ALICATE UNIVERSAL 8" PROFISSIONAL - ALICATE UNIVERSAL, MATERIAL: FORJADO EM AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO: PROFISSIONAL, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, TIPO CABO: REFORÇADO, ISOLADO, ANTI-DESLIZANTE, COMPRIMENTO: 8 POL, APLICAÇÃO: CORTE DE ARAME DURO, INSTALAÇÕES EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CLASSE DE APLICAÇÃO H	UN	4			20		60	
167	ALICATE UNIVERSAL 8" ISOLADO PARA ELETRICISTA	UN	1			20		60	
168	ALICATE DE BICO RETO 6"- ALICATE BICO, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO: FINO E RETO, COMPRIMENTO: 6 POL, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	UN	4			20		60	

169	ALICATE DE CORTE 6" - ALICATE BICO, MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO: CHATO, COMPRIMENTO: 6 POL, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	UN	4			20		60	
170	ALICATE DE PRESSÃO BOCA TRIANGULAR - ALICATE DE PRESSÃO, MATERIAL: FERRO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: AÇO NIQUELADO, MORDENTE INFERIOR: CURVO, ABERTURA DA BOCA: 28 MM, TAMANHO: 10 POL	UN	4			20		60	
171	CANIVETE INOX PROFISSIONAL - CANIVETE, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO CROMO VANÁDIO, MATERIAL LÂMINA: AÇO INOX, TIPO LÂMINA: LISA, COMPRIMENTO: 22 CM	UN	4			20		60	
172	SACA POLIA 12" - SACA-POLIA, MATERIAL: CROMO VANÁDIO, QUANTIDADE GARRAS: 3 UN, DIMENSÕES: 150 X 80 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ARTICULADO REVERSÍVEL	UN	1			20		60	
173	SACA POLIA 8" - SACA-POLIA, MATERIAL: CROMO VANÁDIO, QUANTIDADE GARRAS: 3 UN, DIMENSÕES: 150 X 80 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ARTICULADO REVERSÍVEL	UN	1			20		60	
174	CAIXA DE FERRAMENTAS SANFONADA COM 5 GAVETAS - MALETA FERRAMENTAS, MATERIAL: CHAPA AÇO CARBONO, COMPRIMENTO: 400 MM, LARGURA: 200 MM, ALTURA: 210 MM, QUANTIDADE GAVETAS: 5 UN, TIPO CAIXA: SANFONA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM JOGO DE CHAVES	UN	4			20		60	
175	ESCADA EXTENSÍVEL 9M - ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO, CAPACIDADE: 150 KG, TIPO SAPATA: ANTIDERRAPANTE, TIPO DEGRAUS: (2 X 15) ACOPLADOS LADO A LADO, ALTURA FECHADA: 4,50 M, ALTURA ABERTA: 9 M, MATERIAL: LIGA ALUMÍNIO ESTRUTURAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C, TRAVA DE SEGURANÇA NOS DEGRAUS, PESO MÁX. 20KG	UN	1			20		60	
176	ESCADA AMERICANA 6 DEGRAUS - ESCADA, MATERIAL: ALUMÍNIO 380 INJETADO, TIPO: DOBRÁVEL, QUANTIDADE DEGRAUS: 6 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PÉS ANTIDERRAPANTES EM ELASTÔMERO, DEGRAUS EM ALUM, ALTURA: 1,80 M, TRATAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA PRETA NÃO REFLETIVA	UN	1			20		60	
177	ESCADA DE ABRIR 4.8M DUPLO ACESSO	UN	1			20		60	
178	ESCADA DE ABRIR 2.10M DUPLO ACESSO	UN	1			20		60	
179	ESCADA TELESCÓPICA ZEUS, EM AÇO 5M - ESCADA EXTENSÍVEL, MATERIAL: AÇO CARBONO, MATERIAL DEGRAU: AÇO, QUANTIDADE DEGRAUS: 14 UN, ALTURA FECHADA: 1,27 M, ALTURA ABERTA: 4,10 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: KIT ANDAIME COM RODÍZIO, APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO PREDIAL, COMPONENTE: 2 PROLONGADORES: FECHADO 80 CM E ABERTO 160 CM	UN	1			20		60	
180	TRENA 5M - TRENA, MATERIAL: AÇO, LARGURA LÂMINA: 19 MM, COMPRIMENTO: 5 M, REVESTIMENTO: BORRACHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENROLAMENTO AUTOMÁTICO COM TRAVA	UN	4			20		60	
181	TRENA LONGA, FITA 50M - TRENA, MATERIAL: AÇO, LARGURA LÂMINA: 30 MM, COMPRIMENTO: 50 M, ESPESSURA: 1 MM	UN	1			20		60	
182	VARA DE MANOBRA - VARA DE MANOBRA, MATERIAL: FIBRA VIDRO, TIPO: TELESCÓPIO, COMPRIMENTO: ENTRE 7 E 9 M, COMPONENTES: CABEÇOTE MANOBRA COM TRAVA ANTI-QUEDA E HASTE AÇO, NORMAS TÉCNICAS: NBR 11854, APLICAÇÃO: SISTEMAS ENERGIZADOS DE ALTA TENSÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MODULAR DE 6 POSIÇÕES	UN	1			20		60	
183	MARTELO DE UNHA 27MM CABO DE MADEIRA - MARTELO, MATERIAL: AÇO CARBONO, MATERIAL CABO: MADEIRA, TIPO: UNHA, ACABAMENTO CORPO: FORJADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO 90 CM, OLHO OVAL DE 70 X 45 MM, PESO 3,08 KG, TAMANHO LÂMINA: 5	UN	4			20		60	
184	MARTELO DE BORRACHA - MARTELO, MATERIAL: NYLON, MATERIAL CABO: AÇO, PESO: 1,8 G, TIPO: ANTI-RETROCESSO, TAMANHO: 325 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COR COINXA, EMPUNHADURA DE BORRACHA, DIÂMETRO: 60 MM	UN	2			20		60	
185	FITA ZEBRADA PARA DEMARCAÇÃO - FITA ADESIVA, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: ZEBRADA, LARGURA: 7,50 CM, COMPRIMENTO: 200 M, APLICAÇÃO: PARA DEMARCAÇÃO	METRO	500			20		60	
186	CONE DE ISOLAMENTO - CONE SINALIZAÇÃO, MATERIAL: COMPOSTO SINTÉTICO, ALTURA: 750 MM, COR: LARANJA COM 2 FAIXAS BRANCAS REFLETIVAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLEXÍVEL IMPACTO VEÍCULOS, ACESSÓRIOS: BASE C, 08 SAPATAS, SUPORTE FAIXA DE ISOLAMENTO	UN	8			20		60	
187	PÉ DE CABRA AÇO FORJADO 3/4" COMPRIMENTO 80CM.	UN	1			20		60	

188	ESPÁTULA 80MM - ESPÁTULA, MATERIAL LÂMINA: AÇO TEMPERADO, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, APLICAÇÃO: MASSA E RASPAGEM, COMPRIMENTO: 185 MM, LARGURA: 80 MM.	UN	6			20		60	
189	SERROTE PROFISSIONAL - 18".	UN	1			20		60	
190	NÍVEL DE BOLHA, MATERIAL CORPO: MADEIRA, TIPO BOLHA: RETIFICADA, COMPRIMENTO: 600 MM, QUANTIDADE POSIÇÃO BOLHA: 2 DE PRUMO,1 DE NÍVEL.	UN	1			20		60	
191	COLHER DE PEDREIRO - 10" COM CANTO ARREDONDADO.	UN	1			20		60	
192	PRUMO - USO EM PAREDE 500G.	UN	1			20		60	
193	TERÇADO 21" (70CM)	UN	1			20		60	
194	CAVADEIRA ARTICULADA - BOCA DE LOBO COM CABO DE MADEIRA.	UN	1			20		60	
195	PÁ - PARA UTILIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL, MEDINDO 71CM COM CABO DE MADEIRA.	UN	1			20		60	
196	ENXADA LARGA 2.5 COM CABO DE MADEIRA DE 130CM.	UN	1			20		60	
197	DESEMPENADEIRA DE MADEIRA LISA 27X16CM.	UN	1			20		60	
198	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA 12X25,5CM COM CABO DE MADEIRA.	UN	1			20		60	
199	LINHA DE PEDREIRO TRANÇADA COM 50 METROS.	UN	1			20		60	
200	TORQUÊS ARMADOR DE 13"	UN	1			20		60	
201	BROXA RETANGULAR PARA PINTURA 19 X 7 CM.	UN	1			20		60	
202	APLICADOR DE SILICONE PARA TUBO DE 9".	UN	2			20		60	
203	MARRETA 1,5 KG COM CABO.	UN	1			20		60	
204	TALHADEIRA CHATA 8"	UN	1			20		60	
205	PENEIRA DE AREIA COM ARO DE MADEIRA 55CM.	UN	1			20		60	
206	TESOURA CORTA CHAPA 10"	UN	1			20		60	
207	ESQUADRO METÁLICO 14 " COM CABO EM PVC.	UN	1			20		60	
208	CARRINHO DE MÃO EXTRAFORTE.	UN	1			20		60	
209	PICARETA ALVIÃO COM CABO DE MADEIRA 90 CM.	UN	1			20		60	
210	CAVADEIRA RETA COM CABO 120CM.	UN	1			20		60	
211	RÉGUA DE ALUMÍNIO 3 METROS.	UN	1			20		60	

212	MANGUEIRA DE NÍVEL 5/16"X1,5MM COM 20 METROS.	UN	1			20		60	
TOTAL									
EQUIPAMENTOS									
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD (E)	VALOR UNITÁRIO (RS) (F)	VALOR TOTAL ANUAL (G=ExF)	Valor Residual (I=GxH)		Vida útil em Meses (J)	Valor da Ferramenta Mensal (K=G-I/J)
						% (H)	R\$ (I)		
213	MAÇARICO PARA SOLDA FOSCOPER INCLUSO BICO MAP399GR - MAÇARICO SOLDA, TIPO GÁS: ACETILENO, TEMPERATURA CHAMA: ATÉ 3.100 °C, CAPACIDADE CILINDRO: 1 M3, TIPO CHAMA: NEUTRA, APLICAÇÃO: SOLDA EM LATÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BICO SOLDA	UN	3			20		60	
214	CONJUNTO DE UNIDADE PORTATIL PPU COMPLETO COM BICO DE CORTE - COM CAPACIDADE DE 1M³ DE OXCETILENO COM CARGA.	KIT	1			20		60	
215	CILINDRO PARA NITROGÊNIO COM CAPACIDADE PARA 9M³	UN	2			20		60	
216	REGULADOR DE PRESSÃO COM MONÔMETRO PARA CILINDRO DE NITROGÊNIO	UN	2			20		60	
217	LAVADORA ALTA PRESSÃO LAVA-JATO 1.800W 2400 PSI - LAVADORA ALTA PRESSÃO, PRESSÃO: 360 PSI, VAZÃO: 28 L,MIN, TENSÃO: 380 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 3 PISTÕES COM MANGUEIRA COMPLETA E ACESSÓRIOS, TIPO: LAVA-JATO, MODELO: PROFISSIONAL, ACESSÓRIOS: 10 METROS DE MANGUEIRA COM ESGUICHO REGULÁVEL	UN	1			20		60	
218	SOPRADOR TÉRMICO 2000W	UN	1			20		60	
219	MOTO ESMERIL DE BANCADA 735W 1HP	UN	1			20		60	
220	ALICATE AMPERÍMETRO SIMILAR AO MINIPA - MODELO ET-2122A	UN	1			20		60	
221	ALICATE AMPERÍMETRO 1000A AC/DC ET-3367C	UN	3			20		60	
222	FASÍMETRO - FASÍMETRO, TIPO: PORTÁTIL, CLASSE: NÍVEL SEGURANÇA CAT II DE PRECISÃO BÁSICA 0,05%, ESCALA MEDIÇÃO TENSÃO ALTERNADA: 600 V, APLICAÇÃO: INDICAÇÃO DE FASES ABERTAS, ACESSÓRIOS: PONTAS DE PROVA, BOLSA P, TRANSPORTE E MANUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INDICADORES LED P, SEQUÊNCIA TRIFÁSICA	UN	1			20		60	
223	MILTIMETRO DIGITAL ET-2042 MINIPA	UN	1			20		60	
224	CAPACÍMETRO - CAPACÍMETRO DIGITAL, TENSÃO OPERAÇÃO CORRENTE CONTÍNUA: 1.000 V, TENSÃO OPERAÇÃO CORRENTE ALTERNADA: 750 V, AMPERAGEM: 10 A, RESISTÊNCIA NOMINAL: 32 MOHM, CAPACITÂNCIA NOMINAL: 32 MICROF, MOSTRADOR: CRISTAL LÍQUIDO, QUANTIDADE DÍGITOS: NÃO APLICÁVEL UN, COMPRIMENTO: 175 MM, LARGURA: 80 MM, ESPESSURA: 35 MM, FREQUÊNCIA NOMINAL: 200 KHZ, TEMPERATURA: NÃO APLICÁVEL °C	UN	1			20		60	
225	FURADEIRA DE IMPACTO 800W - FURADEIRA, TIPO: IMPACTO, POTÊNCIA: 900 W, TAMANHO MANDRIL: 5,8 POL, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 2 VELOCIDADES, EMBREAGEM DE SEGURANÇA, COMUTADOR	UN	1			20		60	

226	FURADEIRA MARTELETE PERFURADOR ROMPEDOR 850W	UN	1			20		60	
227	TERRÔMETRO DIGITAL – MÉTODO DE MEDIDA POR 3 PONTOS, DISPLAY LCD 3 ½ DÍGITOS, RESISTÊNCIA MÁXIMA DO SOLO 2000Ω, TENSÃO DE TERRA: 200V AC, RESOLUÇÃO: 0,01Ω	UN	1			20		60	
228	PAQUÍMETRO DIGITAL - PAQUÍMETRO DIGITAL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TEMPERADO ALTA RESISTÊNCIA, RESOLUÇÃO: 0,01 MM, PRECISÃO: +/- 0,02 MM, LEITURA: 7,00 MM, APLICAÇÃO: MEDIÇÃO EXTERNA, INTERNA SERVIÇOS PESADOS, ALIMENTAÇÃO: BATERIA SR-44, CAPACIDADE: 500 MM	UN	1			20		60	
229	TERMÔMETRO A LASER - TERMÔMETRO, TIPO: LASER DIGITAL, FAIXA MEDIÇÃO TEMPERATURA: -50 A 380 °C, APLICAÇÃO: EFETUAR MEDIÇÕES EM LUGARES DE DIFÍCIL ALCANCE, ELEMENTO EXPANSÃO: INFRAVERMELHO, MATERIAL: PLÁSTICO E AÇO INOX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MIRA LASER CLASSE II; DISTÂNCIA DO FOCO DE 50:1, PRECISÃO: +/- 1 °C, ALIMENTAÇÃO: BATERIA , PILHA	UN	1			20		60	
230	ANEMÔMETRO DIGITAL - TERMÔMETRO, TIPO: DIGITAL, FAIXA MEDIÇÃO TEMPERATURA: -5 A 100°C °C, MATERIAL: PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: UMIDADE E TEMPERATURA DO AR POR MEIO DE ANEMÔMETRO, MATERIAL BULBO: GLOBO BULBO SECO E ÚMIDO TGD-400	UN	1			20		60	
231	MEGÔMETRO DIGITAL - MEGÔMETRO, TIPO: PORTÁTIL E DIGITAL, TENSÃO DE TESTE: MÁXIMO 5 KV, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TESTE VIDA ÚTIL DE CABOS, FAIXA DE MEDIDA DE 25 GI, ACESSÓRIOS: BOLSA PARA TRANSPORTE, 2 JOGO BATERIAS RECARREGÁVEL, APLICAÇÃO: MEDIÇÃO DE RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO DE CABOS	UN	1			20		60	
232	BOMBA DE ÁGUA CENTRIFUGA 1CV 220V	UN	1			20		60	
233	LIXADEIRA ANGULAR 7" 2.200W	UN	1			20		60	
234	ESMERILADEIRA ANGULAR 4 1/2" 220V 850W	UN	1			20		60	
235	MANIFOLD PARA GÁS R22/R410A/R134/R404 – CONJUNTO MANIFOLD, COMPONENTES: CONJUNTO DE VÁLVULAS E 2 MANÔMETROS, APLICAÇÃO: GASES R22 - R134A - R404A – R407C	UN	1			20		60	
236	BOMBA DE VÁCUO 12CFM - BOMBA VÁCUO, MATERIAL: ALUMÍNIO, VÁCUO MÁXIMO: 710 MMHG, VAZÃO LIVRE: 176 L/MIN, TENSÃO: 220,240V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLO ESTÁGIO , ISENTA DE ÓLEO, POTÊNCIA: 5,8 HP, FREQUÊNCIA: 50 HZ	UN	1			20		60	
237	PARAFUSADEIRA TIPO: PROFISSIONAL, VELOCIDADE: REVERSÍVEL, ROTAÇÃO: MÍNIMA: 600 RPM, MÁXIMA: 1900 RPM, VOLTAGEM: 9,6 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MANDRIL DE 1,2", CONTROLE DE TORQUE, COMPONENTES: COM MALETA, ACESSÓRIOS, BATERIA, CARREGADOR BIVOLT, TIPO ALIMENTAÇÃO: BATERIA.	UN	1			20		60	
238	TORNO Morsa DE BANCADA - TORNO BANCADA, TIPO: Morsa FIXA, TAMANHO: 6", CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABERTURA DOS MORDENTES DE NO MÍNIMO PARAFUSADEIRA TIPO: PROFISSIONAL, VELOCIDADE: REVERSÍVEL, ROTAÇÃO: MÍNIMA: 600 RPM, MÁXIMA: 1900 RPM, VOLTAGEM: 9,6 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MANDRIL DE 1,2", CONTROLE DE TORQUE, COMPONENTES: COM MALETA, ACESSÓRIOS, BATERIA, CARREGADOR BIVOLT, TIPO ALIMENTAÇÃO: BATERIA.100 MM, MATERIAL: AÇO MODULAR.	UN	1			20		60	
239	SERRA MÁRMORE 1500W 110V.	UN	1			20		60	
240	SERRA TICO TICO 450W 110V.	UN	1			20		60	

11/01/2024, 10:15SEI/MD - 6778359 - Termo de Referência

241	DETECTOR DE ALTA TENSÃO SEM CONTATO 500KV IP65 MINIPA EZ HV	UN	1			20		60	
242	RÁDIO COMUNICADOR COM ALCANCE DE COMUNICAÇÃO DE ATÉ 90KM	UN	6			20		60	
243	MÁQUINA DE SOLDA ELÉTRICA PARA ELETRODO REVESTIDO - FAIXA DE AJUSTE DE CORRENTE (A):10 A - 130 A DIÂMETRO MÁXIMO DO ELETRODO RECOMENDADO:ATÉ 3,25 MM FATOR DE TRABALHO:130 A - 60% /110 A - 80% /100 A - 100%TENSÃO EM VAZIO:DC - 85 V TENSÃO DE ENTRADA (V):220 V.	UN	1			20		60	
TOTAL									

APÊNDICE VI - MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA SOB DEMANDA

MATERIAIS SOBRESSALENTES				
MATERIAL UTILIZADO NAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS – ANUAL				
BOMBA PRIMÁRIA KSB MEGANORM 100-250 (BAGP)				
ITEM	DESCRIÇÃO	SUBSISTEMA	UNIDADE	Q
1	JOGO DE JUNTAS – SB. A MEGAN A50-250(KLINGER)	Climatização	PÇ	
2	CONJUNTO COMPLETO DE SELO MECÂNICO 01-M3/45 - 00E1 – BURGMAN OU SIMILAR P/ BOMBAS FABRIC. KSB (em virtude da compatibilidade e eficiência)	Climatização	PÇ	
3	ACOPLAMENTO DE FERRO FUNDIDO / GR97USINADO COM DIÂMETRO PARA O EIXO 32MM BOMBA E 42MM MOTOR	Climatização	PÇ	
4	ELEMENTO ELÁSTICO PARA ACOPLAMENTO GR97	Climatização	PÇ	
5	SELO MECÂNICO 01-M3/45 - 00E1	Climatização	PÇ	
6	HÉLICE DE RESFRIAMENTO DO MOTOR 30CV	Climatização	PÇ	
7	ROLAMENTO 6308 ZZ - SKF	Climatização	PÇ	
8	LUVA PROTETORA EIXO 100-250	Climatização	PÇ	
TOTAL				
BOMBA SECUNDÁRIA KSB MEGANORM 80-400 (BAGS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	SUBSISTEMA	UNIDADE	QTD
9	CONJUNTO COMPLETO DE SELO MECÂNICO(MED. 2. 3/8”) 01-M3/60 - 00E1 – BURGMAN OU SIMILAR P/ BOMBAS FABRIC. KSB (em virtude da compatibilidade e eficiência)	Climatização	PÇ	4
10	RETENTOR DE ÓLEO 7041 DIMENSÕES50X70X10MM	Climatização	PÇ	4
11	ROLAMENTO 6310 C3	Mecânica	PÇ	8
12	ROLAMENTO 6312 ZZ	Mecânica	PÇ	4

13	ROLAMENTO 6212 ZZ	Mecânica	PÇ	4
14	JOGO DE JUNTA MEGA A50-400 (KLINGER)	Climatização	PÇ	5
15	PURGADOR DE AR E ÁGUA DN-20 / PMO-250/EA250NR. 0610 / SF/ EA 250 - 1/2"	Climatização	PÇ	3
16	ROLAMENTO 6204 ZZ	Mecânica	UN	2
17	ROLAMENTO 6206 ZZ	Mecânica	UN	2
18	ACOPLAMENTO DE FERRO FUNDIDO / GR128USINADO COM DIÂMETRO PARA O EIXO 42MM BOMBA E 55MM MOTOR	Mecânica	PÇ	4
19	ELEMENTO ELÁSTICO PARA ACOPLAMENTOGR128	Mecânica	PÇ	8
20	ROLAMENTO 6312 C3	Mecânica	UN	8
21	ROLAMENTO 6212 Z C3	Mecânica	UN	8
22	ROLAMENTO 6308 C3	Mecânica	UN	8
23	ROLAMENTO 6209 Z	Mecânica	UN	8
24	ROLAMENTO 6309 C3	Mecânica	UN	8
25	ANEL ELÁSTICO TSCHAN NOR-MEX E128(2N01280000) GR128	Mecânica	UN	5
26	HÉLICE DE RESFRIAMENTO DO MOTOR 50CV	Mecânica	UN	2
27	LUVA PROTETORA EIXO 80-400	Mecânica	UN	8

TOTAL

FANCOIL

ITEM	DESCRIÇÃO	SUBSISTEMA	UNIDADE	QTD
28	MANÔMETRO 0 A 10KGF/CMZ COM ROSCA ½",AÇO CARBONO	Climatização	PÇ	4
29	CORREIA AX-54	Climatização	PÇ	5
30	CORREIA BX-38	Climatização	PÇ	5
31	CORREIA BX-32	Climatização	PÇ	5
32	CORREIA BX-48	Climatização	PÇ	9
33	CORREIA A-64	Climatização	PÇ	5
34	CORREIA BX-45	Climatização	PÇ	12
35	COREIA BX-49	Climatização	PÇ	5
36	CORREIA BX-44	Climatização	PÇ	7

37	CORREIA BX-50	Climatização	PÇ	8
38	CORREIA 4L-450	Climatização	PÇ	5
39	CORREIA A-39	Climatização	PÇ	5
40	CORREIA A-34	Climatização	PÇ	15
41	CORREIA A-42	Climatização	PÇ	5
42	CORREIA 4L-390	Climatização	PÇ	5
43	CORREIA BX-54	Climatização	PÇ	5
44	CORREIA BX-46	Climatização	PÇ	5
45	CORREIA BX-56	Climatização	PÇ	5
46	MANGUEIRA DE NILON PARA LUBRIFICAÇÃO 1/4"	Climatização	METRO	30
47	FILTRO CÓD. FLR00831 = 16"X20"X2" = 39,4 CMX49,5CMX4,4CM	Climatização	CX	30
48	FILTRO CÓD. FLR00833 = 16"X25"X2" = 39,4CMX62,2CMX4,4CM	Climatização	CX	30
49	FILTRO CÓD. FLR00832 = 20"X20"X2" = 49,5CMX49,5CMX4,4CM	Climatização	CX	30
50	FILTRO COD. FLR 00834 = 20"X25"X2" = 49,5CM62,2CMX4.4CM	Climatização	CX	50
51	GÁS REFRIGERANTE R22 (13,6KG)	Climatização	PC	3
52	GÁS REFRIGERANTE R410 A (13,6KG)	Climatização	PÇ	4
53	GÁS REFRIGERANTE R134A (13,6KG)	Climatização	PÇ	5
54	GÁS REFRIGERANTE 141 B (13,6KG)	Climatização	PÇ	4
55	COMPRESSOR DE 12.000BTUH	Climatização	PÇ	2
56	COMPRESSOR DE 36.000BTUH	Climatização	PÇ	2
57	COMPRESSOR DE 48.000BTUH	Climatização	PÇ	2
58	COMPRESSOR DE 60.000BTUH	Climatização	PÇ	2
59	CONTATORA CWM9	Climatização	PÇ	2
60	CONTATORA CWM12	Climatização	PÇ	2
61	CONTATORA CWM18	Climatização	PÇ	2
62	CONTATORA CWM25	Climatização	PÇ	2
63	CONTATORA CWM32	Climatização	PÇ	2
64	CAPACITOR 20µF +/- 5% 400VAC 50/60°HZ	Climatização	PÇ	2

65	CAPACITOR 25µF +/- 5% 400VAC 50/60°HZ	Climatização	PÇ	2
66	CAPACITOR 30µF +/- 5% 400VAC 50/60°HZ	Climatização	PÇ	2
67	CAPACITOR 35µF +/- 5% 400VAC 50/60°HZ	Climatização	PÇ	2
68	CAPACITOR 40µF +/- 5% 400VAC 50/60°HZ	Climatização	PÇ	2
69	CAPACITOR 70µF +/- 5% 400VAC 50/60°HZ	Climatização	PÇ	2
70	CAPACITOR 12MF	Climatização	PÇ	2
71	BLOCO DE CONTATO ADITIVO (1NA+ 1NF) MOD.LA1- KN11	Elétrica	PÇ	2
72	BLOCO DE CONTATO ADITIVO (2NA+ 2NF) MOD.LA1- D22	Elétrica	PÇ	2
73	POLIA A110	Climatização	PÇ	10
74	POLIA A120	Climatização	PÇ	10
75	MOTOR VENTILADOR 220V 1/6CV	Climatização	PÇ	4
76	FLUXO DE SOLDA FOSCO PER E PRATA - 80GR	Climatização	PÇ	3
77	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 100A TIPO NS160-MA100	Elétrica	PÇ	2

TOTAL

GRUPO GERADOR

ITEM	DESCRIÇÃO	SUBSISTEMA	UNIDADE	QTD
78	FILTRO COMBUSTÍVEL SEPARADOR DE ÁGUAMODELO 1000 FG ELEMENTO 2020 SM, FABRICANTE: IRLEMP - RACOR,	Elétrica	PÇ	2
79	MANGUEIRA DE BORRACHA HORIZONTAL 120°200 PSI 3/4 (COD. 57006200651)	Elétrica	METRO	8
80	MANGUEIRA SISTEMA CIRCULAÇÃO DE ÁGUA1POLX4POL CÓD. STEMAC-29005000489.	Elétrica	metro	12
81	CORREIA DO VENTILADOR KTA38/KTA50/KTTA50/QST30 CÓD STEMAC-30000300343.	Elétrica	PÇ	2
82	FILTRO LUBRIFICANTE (LF. 670)	Elétrica	PÇ	8
83	FILTRO LUBRIFICANTE PARA DESVIO (LF. 777)	Elétrica	PÇ	4
84	FILTRO DE ÁGUA (WF. 2175)	Elétrica	PÇ	4
85	FILTRO DE COMBUSTÍVEL (FS. 1216);	Elétrica	PÇ	4
86	PRESSOSTATO REGULÁVEL XMJ A 012 STEMAC	Elétrica	PÇ	4
87	SENSOR TEMPERATURA MOD. PT 100 STEMAC	Elétrica	PÇ	2
88	ACOPLADORES A RELÉ, RS 30, 2 NA COM LED VERMELHO, TENSAO IN 250VAC, OUT 12VCC, 8 A 10 A, CODIGO: C 902125.20, FABRICANTE:CONEXEL.	Elétrica	PÇ	4

89	FILTRO ELEMENTO PRIMÁRIO AR4674FLEETGUARD (FILTRO DE AR)	Mecânica	UN	4
90	FILTRO ELEMENTO SECUNDÁRIO AR4674FLEETGUARD (FILTRO DE AR)	Mecânica	UN	4
91	BATERIA AUTOMOTIVA 200AH 12V (CORRENTEDE PARTIDA 1000A)	Elétrica	UN	8
92	CORREIA ALTERNADOR 4909 REF 3094909(ALTERNADOR)	Mecânica	UN	2
93	ADITIVO ANTI CORROSIVO	Mecânica	litro	200
94	MANGUEIRA DO COMBUSTÍVEL (CONFECCIONAR)	Mecânica	UN	4
95	RELÉ DE ESTADO SÓLIDO IN 4 A 32V CC, SAÍDA 40A 240V CA, 40 A 48AMP	Elétrica	UN	2
96	BATERIA 12V 10AMP	Elétrica	UN	4
97	ÓLEO LUBRAX EXTRA TURBO 15W40	Mecânica	litro	240
98	CARREGADORES INTELIGENTE DE BATERIA 110/220 VAC - 24VDC - 10A	Elétrica	UN	2
99	VÁLVULA DE CARGA E ALIVIO DE PRESSÃO E VÁCUO COM ABAFADOR DE CHAMA A PROVA DE EXPLOÇÃO EXTERNA E COMBUSTÃO. DIN RF: LV11F/ CLASSE: A125/ OM: 106839/ ANO: 03/2000/ PN: 10 - C/ PRESSÃO ABERTURA 70MBAR, VÁCUOABERTURA 20 MBAR FAB.: ASCA	Elétrica	PÇ	2

TOTA

KF/KM				
ITEM	DESCRIÇÃO	SUBSISTEMA	UNIDADE	Q
100	DISJUNTOR EXTRAÍVEL 3 POLOS, FABRICANTEABB, 3200A, SACE E3N 32,ICW 65KA X 1S,UE= 690V	Elétrica	PÇ	2
101	MOTOR PARA O CARREGAMENTO AUTOMÁTICO DAS MOLAS DE FECHAMENTO - M (3), 220...250VCA/CC CÓDIGO: 038324, FABRICANTEABB	Elétrica	PÇ	6
102	TRANSFORMADOR DE POTENCIAL DE MEDIÇÃO UMAX 15KV, 13.800/115V, NI34/95KV, PTER 400VA,EXATIDÃO 0,6P75, NORMA 6855/92, USO INTERNO.	Elétrica	PÇ	2
103	TRANSFORMADOR DE CORRENTE DE MEDIÇÃO200/5A, UMAX 15KV, 60HZ, LT/LD 80/200IN, EXATIDÃO 0,3C50, NORMA 6856/92, USO INTERNO.	Elétrica	PÇ	2
104	BOBINA DE MÍNIMA TENSÃO. ABERTURA EFECHEAMENTO. REFERENCIA (YO/YC) 220-240V 60HZ. FABRICANTE: ABB	Elétrica	PÇ	2
105	CÉLULA CAPACITIVA 15KVAR - 380VCA 60 HZ,MOD: CLM D33S, FAB: ABB	Elétrica	PÇ	2
106	CÉLULA CAPACITIVA DE POTÊNCIA A SECO DE BAIXA TENSÃO - REFERÊNCIA: 380VCA, 10KVAR, DIMENSÕES 220X334X60MM, CLMD 33S - FABRICANTE: ABB OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	Elétrica	PÇ	2
107	CÉLULA CAPACITIVA DE POTÊNCIA A SECO DE BAIXA TENSÃO - REFERÊNCIA: 380VCA, 25KVAR, DIMENSÕES 220X334X60MM, CLMD 33S - FABRICANTE: ABB OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	Elétrica	PÇ	8
108	CÉLULA CAPACITIVA DE POTÊNCIA A SECO DE BAIXA TENSÃO - REFERÊNCIA: 380VCA, 6.3KVAR, DIMENSÕES 220X334X60MM, CLMD 33S - FABRICANTE: ABB OU EQUIVALENTE TÉCNICO	Elétrica	PÇ	2

109	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO ISOMAX FIXO, CAIXA MOLDADA, ICC =50KA EM 380 VCA, ITH =70...100A, IM = 1000A, TIPO: S2S160R100	Elétrica	PÇ	2
110	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO ISOMAX FIXO, CAIXA MOLDADA, ICC =50KA EM 380 VCA, ITH =44... 63A, IM = 630A, TIPO: S2S160R63	Elétrica	PÇ	2
111	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO ISOMAX FIXO, CAIXA MOLDADA, ICC =50KA EM 380 VCA, ITH =87,5...125A, IM = 630A, TIPO: S2S160R125	Elétrica	PÇ	2
112	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO ISOMAX FIXO, CAIXA MOLDADA, ICC =50KA EM 380 VCA, ITH =35... 50A, IM = 500A, TIPO: S2S160R50	Elétrica	PÇ	2
113	DISJUNTOR TRIPOLAR EXTRAÍVEL REFERÊNCIA ABB SACE E2N20 IN 2000A / 690V 55KA. (COMPLETO - COM CONTATOS AUXILIARES; RELE ANTI-PUMP; MOTOR ELÉTRICO DE CARREGAMENTO DA MOLA; BOBINAS DE ABERTURA E FECHAMENTO; BOBINA DE MÍNIMA TENSÃO; BOBINA DE BLOQUEIO MAGNÉTICO; BOBINA DE MÍNIMA TENSÃO)	Elétrica	PÇ	2
114	RELÉS ABB REF610C55HCNN .FUNÇÕES DE PROTEÇÃO: -50/51, 50N/51N, 46, 49, 62BF, 79 E 86 ALIMENTAÇÃO AUXILIAR: -80 ~ 265 VCC/ VCA	Elétrica	PÇ	2
115	MODULO CONTROLADOR INTELILITE NT MARCA: COMAP, MODELO: IL-NTAMF25, HW VERSION: 1. 6 5L	Elétrica	PÇ	2
116	CJX2-K0610Z MINI CONTATOR, BOBINAS 24 E220VCC / CONTATO AUXILIAR 1NA 13818	Elétrica	PÇ	2
117	CJX2-K0910Z MINI CONTATOR, BOBINAS 24 E220VCC / CONTATO AUXILIAR 1NA 13819	Elétrica	PÇ	2
118	F4-KN11BLOCO DE CONTATO AUXILIAR PARACJX2-K / JZC8, 10A, 690V, 1NA+1NF, FRONTAL 15752	Elétrica	PÇ	4
119	F4-KN22 BLOCO DE CONTATO AUXILIAR PARACJX2-K / JZC8, 10A, 690V, 2NA+2NF, FRONTAL 15753	Elétrica	PÇ	2
120	CJX2-1210Z CONTATOR DE POTÊNCIA, BOBINAS DISPONÍVEIS 24 E 125 VCC /CONTATOSAUXILIARES 1NA 13821	Elétrica	PÇ	5
121	LA2D24A65 AJ 10-180 SEG. ENCAIXE FRONTALRETARDO" ONDELAY" COMPATÍVEL C/ CJX2-CJX2- F 11936	Elétrica	PÇ	5
122	JAR50 MONTÁVEL EM TRILHO TS32 OU TS35,CONTATOS 1NA+1NF, TENSÃO 24VCC 13467	Elétrica	PÇ	1
123	JTH201 TRIFÁSICO, FALTA E INVERSÃO DE FASE, S/NEUTRO, CAIXA ESTREITA, TENSÃO 380VCC 13348	Elétrica	PÇ	1
124	CONTATOR TRIPOLAR WEB CWM 180 110VCA , IN 225A , VI 1000V, 180A 2NA + 2NF TENSÃO DECOMANDO 110VCA 50/60 HZ	Elétrica	PÇ	2
125	CONTATOR TRIPOLAR WEB CWB50 IN 50A, (VC COMANDO 110V 50/60HZ, 1NA + 1NF	Elétrica	PÇ	4
126	TOMADA REDONDA 2P + T PARA PISO 10/15 AMPVERMELHA –PADRÃO NBR	Elétrica	UN	2
127	TOMADA REDONDA 2P + T PARA PISO 10/15 AMPPRETA – PADRÃO NBR	Elétrica	UN	2
128	TOMADA REDONDA 2P + T PARA PISO 20 AMPVERMELHA – PADRÃO NBR	Elétrica	UN	2
129	CONJUNTO DE 2 TOMADAS 10A DE PISO 4X4 COMMODULO (PLACA)	Elétrica	UN	10
130	CAPACITOR MODELO MKP 380-D-25 DE 30KVAR/380V TRIFÁSICO, FECHAMENTO EM DELTA – MARCA - EPCOS	Elétrica	UN	8

131	CONTATOR TRIPOLAR REGIME AC6B COM AMORTECIMENTO, BOBINA 220V DE 30 A 50KVARMODELO DIL K 33-10 – MARCA - MOELLER	Elétrica	UN	8
132	RELÉ DE ESTADO SÓLIDO IN 4 A 32V CC, SAÍDA 40A 240V CA, 40 A 48AMP	Elétrica	UN	4
133	BATERIA AUTOMOTIVA 200AH 12V (CORRENTEDE PARTIDA 1000A)	Elétrica	UN	8
134	REGULADOR DE TENSÃO – MARCA: BASLER - MODELO: AVC63-7 -POWER INPUT: 190 TO 277AC, 50/60HZ, 900VA- SENSING INPUT: 190 TO 240VAC,50/60HZ, .2VA - PARALLELING INPUT: 5AC, 50/60HZ, 10VA -OUTPUT:63VDC, 7ADC	Elétrica	UN	2
135	TOMADA REDONDA 2P + T PARA PISO 20 AMPPRETA – PADRÃO NBR	Elétrica	UN	2

TO

CHILLER				
ITEM	DESCRIÇÃO	SUBSISTEMA	UNIDADE	Q
136	SENSOR DE TEMPERATURA P/ CH530 - PARTNUMBER – SEN02133	Automação	UN	
137	TRANSDUTOR DE PRESSAO AKS1008 - PARTNUMBER – TDR00354	Mecânica	UN	
138	HELICE 23GRAUS -3PAS - ALUMINIO P/ EQTORTAC - PART NUMBER – FAN04078	Mecânica	UN	
139	SENSOR DE NIVEL DE REFRIGERANTE DOS CHILLERS MODELO RTAC - PART NUMBER – SEN02128	Automação	UN	
140	MODULO DUPLO ENTR. BINARIA PLACA CIRC. IMPRC/COMP-CODE 00-718507 - PART NUMBER –BRD04873	Automação	UN	
141	MODULO ELETRONICO DE ENTRADA BINARIOPROGRAMAVEL DAS UNIDADES RESFRIADORAS DE LIQUIDOS - PART NUMBER – BRD04874	Automação	UN	
142	MODULO ELETRONICO RELAY DUPLO PARA CHILLERS RTAC CGAD RTHD - PART NUMBER –BRD04878	Automação	UN	
143	MODULO DUPLO TRIAC SAIDA COM CONECTORES CODE 00-718109 - PART NUMBER – BRD04876	Automação	UN	
144	MODULO CIRC. IMPR. ENTRADA ALIMENT- FONTE CH530 27 VA-CODE-00-218208 - PART NUMBER –BRD02102	Automação	UN	
145	MODULO ELETRONICO STARTER E COMCONECTOR TIPO PLUG PN DE ENCAIXE RAPIDO - PART NUMBER – BRD04877	Automação	UN	
146	MODULO ELETRONICO RELAY OUT PUT DOS CHILLERS RTAC - PART NUMBER – BRD04879	Automação	UN	
147	TRAFO TOROIDE TDV8166 CRNT.275A RTAA - PART NUMBER – TRR00009B	Elétrica	UN	
148	CHICOTE ELETR.C/CONEXAO (CONECTOR GLOBAL - 2Y - CURTO) - PART NUMBER – CAB01146	Automação	UN	
149	CHICOTE DE COMUNICACAO EM 24 VOLTS PARA CHILLER CGADRTAC RTHD RTWD - PART NUMBER – CAB01147	Automação	UN	
150	CHICOTE DE COMUNICACAO EM 24VOLTS PARA CHILLER CGADRTAC - PART NUMBER – CAB01148	Automação	UN	
151	CHICOTE COM CONEXAO GLOBAL EXTENSAO DE 3937POL - PART NUMBER – CAB01149	Automação	UN	
152	CHICOTE DE COMUNICACAO COM CONECTOR GLOBAL EXTENSAO DE 2000 MM - PART NUMBER – CAB01150	Automação	UN	
153	CHICOTE ELÉTRICO MUNIDO DE CONEXÃO - PART NUMBER – CAB01155	Automação	UN	
154	CHAVE ELETRON. CONTROLE DE AGUA P. CHILLER - PART NUMBER – SWT00135	Automação	UN	

155	BOBINA DE VALVULA SOLENOIDE 120 VOLTS 60 HZ 110 VOLTS 50 HZ - PART NUMBER – COL04723	Mecânica	UN	
156	BOBINA DA VALVULA SOLENOIDE DANFOSS 120V-50/60HZ - PART NUMBER –	Mecânica	UN	
157	COMPARTIMENTO DO ELEMENTO FILTRO DE LIQUIDOS DE 2 18POL 6POL X 937POL - PART NUMBER – FLR03852	Mecânica	UN	
158	VALVULA. EXP. SPORLAN 1.5/8 X 2.1/8" - PN 953611- 006 - PART NUMBER – VAL12001	Mecânica	UN	
159	RESISTENCIA ELETR AQMT DE OLEO 125W - PART NUMBER – HTR04015	Elétrica	UN	
160	MODULO ELETRONICO DYNAVIEW - PART NUMBER – MOD02092	Automação	UN	
161	CONTATOR MODELO CWM 9.10 (110V 50/60HZ)-9 AMPERES - PART NUMBER – CTR00008B	Elétrica	UN	
162	CONTATOR CWM 180.11(110V 50/60HZ) 180A - PART NUMBER – CTR00009B	Elétrica	UN	
163	TRAFO SUB/SOB TENSÃO - COM POTENCIA 5VA EM 60HZ - P/ EQTOS RTAA / RTWA - PART NUMBER – TRR00713	Elétrica	UN	
164	GAS REFRIG SUVA 134A (CIL. 13.62 KG DESCARTAVEL) PART NUMBER – CHM92134P	Mecânica	UN	
165	OLEO LUBRIFICANTE SINTETICO POLYOL ESTER POE EM GALAO DE 378 - PART NUMBER – OIL00048	Mecânica	UN	
166	RESISTENCIA DE AQUECIMENTO DO EVAPORADOR DOSCHILLERS RTAC PL - PART NUMBER – HTR02455	Elétrica	UN	
167	AQUECEDOR DE AGUA - 600W - PART NUMBER – HTR05679	Mecânica	UN	
168	ROLAMENTO 6203 ZZ	Mecânica	UN	
169	ROLAMENTO 6204 ZZ	Mecânica	UN	
170	VÁLVULA. EXP. SPORLAN 2.1/8 X 3.1/8" - PN953604- 003 - PART NUMBER – VAL12005	Mecânica	UN	

TO

ILUMINAÇÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO	SUBSISTEMA	UNIDADE	Q
171	DISJUNTOR TRIPOLAR DE BAIXA TENSÃO SÉRIE S60, FIXO, COMANDO MANUAL, COM RELÉ TERMOMAGNÉTICO, CURVA C IN 40A, ICC= 6 KAEM 380 VAC MOD. S63C40	Elétrica	PÇ	
172	DISJUNTOR UNIPOLAR DE BAIXA TENSÃO, FIXO, COMANDO MANUAL, COM RELÉ TERMOMAGNÉTICO, CURVA C, IN= 20A, ICC= 6KA EM 230 / 400 VAC - MOD. S61C20 - FAB. ABB	Elétrica	PÇ	
173	DISJUNTOR UNIPOLAR DE BAIXA TENSÃO, FIXO, COMANDO MANUAL, COM RELÉ TERMOMAGNÉTICO, CURVA C, IN= 320A, ICC= 32KA EM 127/ 240 VAC MOD. S61C32 - FAB. ABB	Elétrica	PÇ	
174	ESPELHO PARA CONDULETE PARA INTERRUPTOR DUPLO	Elétrica	PÇ	2

175	ESPELHO PARA CONDULETE PARA INTERRUPTOR TRIPLO	Elétrica	PÇ	40
176	CABO FLEXÍVEL DE 2,5MMZ VERMELHO	Elétrica	METRO	40
177	CABO FLEXÍVEL DE 2,5MMZ PRETO	Elétrica	METRO	40
178	CABO FLEXÍVEL DE 2,5MMZ VERDE	Elétrica	METRO	20
179	CABO FLEXÍVEL DE 4MMZ VERMELHO	Elétrica	METRO	20
180	CABO FLEXÍVEL DE 4MMZ PRETO	Elétrica	METRO	20
181	CABO FLEXÍVEL DE 6MMZ PRETO	Elétrica	METRO	40
182	CABO PP 3X2,5 MMZ	Elétrica	METRO	20
183	CABO PP 3X4MMZ	Elétrica	METRO	20
184	CABO PP 3X10MMZ	Elétrica	METRO	10
185	CABO BICOLOR 2,5MMZ	Elétrica	PÇ	30
186	DISJUNTORES MONOPOLAR 6A	Elétrica	PÇ	2
187	DISJUNTORES MONOPOLAR 10A	Elétrica	PÇ	2
188	DISJUNTORES MONOPOLAR 16A	Elétrica	PÇ	2
189	DISJUNTORES MONOPOLAR 25A	Elétrica	PÇ	2
190	DISJUNTORES MONOPOLAR 32A	Elétrica	PÇ	2
191	LÂMPADA LED 09W BASE E27	Elétrica	PÇ	3
192	CALHA DUPLA PARA LÂMPADA TUBULAR DE 9W	Elétrica	UN	5
193	LÂMPADA LED TUBULAR, T8, 60CM 10W, BIVOLT, 6.500K	Elétrica	UN	30
194	CHAVE CORTA CIRCUITO FUSÍVEL DE DISTRIBUIÇÃO PORCELANA DE 15KV,	Elétrica	UN	2
195	ELO FUSÍVEL DE DISTRIBUIÇÃO DE 65K	Elétrica	PÇ	2
196	TUBO ELETRODUTO 3/4	Elétrica	UN	3
197	TUBO ELETRODUTO 1"	Elétrica	UN	1
198	TUBO ELETRODUTO 2"	Elétrica	UN	1
199	LUVA ELETRODUTO 3/4	Elétrica	UN	10
200	LUVA ELETRODUTO 1"	Elétrica	UN	2
201	LUVA ELETRODUTO 2"	Elétrica	UN	1
202	CURVA ELETRODUTO 3/4	Elétrica	UN	3
203	CURVA ELETRODUTO 1"	Elétrica	UN	2
204	CURVA ELETRODUTO 2"	Elétrica	UN	1
205	ABRAÇADEIRA CONDULETE 3/4	Elétrica	UN	10
206	ABRAÇADEIRA CONDULETE 1"	Elétrica	UN	10
207	TUBO CONDULETE 3/4	Elétrica	UN	5
208	CAIXA PARA CONDULETE DE ALUMINIO 4X2 DE 3/4"	Elétrica	UN	10
209	LUMINÁRIA DE EMBUTIR/ CHAPA DE AÇO FOSFATIZADA 617X617X82MM	Elétrica	UN	1

210	LÂMPADA LED, TENSÃO NOMINAL 120, POTÊNCIA NOMINAL 60W, TIPO BASE E-27, APLICAÇÃO LUMINÁRIA, TIPO BULBO, BRANCO FRIO (ALTA POTÊNCIA).	Elétrica	UN	10
-----	--	----------	----	----

MANUTENÇÃO PREDIAL				
ITEM	DESCRIÇÃO	SUBSISTEMA	UNIDADE	Q
211	ADAPTADOR 25MM X ¾" ADAPTADOR CONDULETE, MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO: ENCAIXE SOB PRESSÃO, APLICAÇÃO: DUTO 73MM X 25MM PARA ELETRODUTO 3 X 1" NATURAL	Predial	UN	1
212	ADESIVO PLÁSTICO 175G	Predial	POTE	
213	BUCHA DE REDUÇÃO CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO: BUCHA REDUÇÃO, TIPO FIXAÇÃO: SOLDÁVEL, APLICAÇÃO: INSTALAÇÃO HIDRÁULICA, BITOLA: 25 X 20 MM	Predial	UN	2
214	CAP SOLDÁVEL 25MM	Predial	UN	1
215	CAP SOLDÁVEL 20MM	Predial	UN	1
216	JOELHO SOLDÁVEL 25MM	Predial	UN	5
217	JOELHO SOLDÁVEL 20MM	Predial	UN	5
218	JOELHO PVC ESGOTO 40 MM	Predial	UN	1
219	LUVA SOLDÁVEL 20 MM CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO FIXAÇÃO: SOLDÁVEL, APLICAÇÃO: INSTALAÇÃO HIDRÁULICA, BITOLA: 20 MM, TIPO I: LUVAUNIÃO	Predial	UN	5
220	LUVA SOLDÁVEL 25 MM CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO FIXAÇÃO: SOLDÁVEL, APLICAÇÃO: INSTALAÇÃO HIDRÁULICA, BITOLA: 25 MM, TIPO I: LUVAUNIÃO	Predial	UN	5
221	LUVA SOLDÁVEL 32 MM CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO FIXAÇÃO: SOLDÁVEL, APLICAÇÃO: INSTALAÇÃO HIDRÁULICA, BITOLA: 32 MM, TIPO I: LUVAUNIÃO	Predial	UN	2
222	LUVA SOLDÁVEL 60 MM CONEXÃO HIDRÁULICA, MATERIAL: PVC RÍGIDO, TIPO: LUVA, TIPO FIXAÇÃO: SOLDÁVEL, BITOLA LADO SOLDÁVEL: 60 MM	Predial	UN	1
223	PLUG ½	Predial	UN	5
224	PLUG ¾	Predial	UN	5
225	REGISTRO DE PVC SOLDÁVEL 60 MM	Predial	UN	
226	REGISTRO DE PVC SOLDÁVEL 32MM	Predial	UN	
227	REGISTRO DE PVC SOLDÁVEL 25MM	Predial	UN	
228	TE SOLDÁVEL 25 MM	Predial	UN	1
229	TE SOLDÁVEL 25 X 1/2	Predial	UN	1
230	TE PVC ESGOTO 40 MM	Predial	UN	1
231	TE PVC ESGOTO 50 MM	Predial	UN	1
232	TE SOLDÁVEL 60 MM	Predial	UN	
233	TE SOLDÁVEL 50 MM	Predial	UN	
234	TE SOLDÁVEL 40 MM	Predial	UN	
235	TE SOLDÁVEL 20 MM	Predial	UN	5
236	ARAME GALVANIZADO Nº18	Predial	Kg	
237	ARAME RECOZIDO Nº 18	Predial	Kg	
238	PAINEL PARA DIVISÓRIA 35MM 1200X2100MM	Predial	m²	5
239	PERFIL DE DIVISÓRIA GUIA "U" 3 METROS	Predial	UN	5
240	PERFIL DE DIVISÓRIA TRAVESSA "H"	Predial	PÇ	3

241	TORNEIRA PARA BANHEIRO MATERIAL CORPO: METAL, TIPO: AUTOMÁTICA, DIÂMETRO: 1,2 POL, ACABAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LEVE PRESSÃO DA MÃO E FECHAMENTO AUTOMÁTICO TEMPORIZADO EM APROXIMADAMENTE 6 SEGUNDOS, DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIM. 4.5 X LARGURA 18 X ALTURA 26.5 CM; PESO 846 G, APLICAÇÃO: LAVATÓRIO E PIA COM SISTEMA DE ACIONAMENTO HIDROMECHANICO	Predial	UN	2
242	TONEIRA DE JARDIM MATERIAL CORPO: METAL CROMADO, TIPO: GIRATÓRIA COM ALAVANCA, DIÂMETRO: 1,2 POL, ACABAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ADAPTADOR PARA MANGUEIRA, ACIONAMENTO TIPO VOLANTE, APLICAÇÃO: JARDIM	Predial	UN	2
243	TORNEIRA DE COZINHA MATERIAL CORPO: METAL CROMADO, TIPO: PAREDE, DIÂMETRO: 3,4 POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BICA MÓVEL LONGA E BICO AREJADOR, APLICAÇÃO: COPA	Predial	UN	
244	REGISTRO DE GAVETA TIPO: COM ALAVANCA, E A PROVA DE CORROSÃO PARA ÁGUA, BITOLA: 2 POL, DN50 (50MM), MATERIAL: METAL, APLICAÇÃO: MATERIAL HIDRÁULICO	Predial	UN	
245	REGISTRO DE PRESSÃO MATERIAL: BRONZE FUNDIDO, DIÂMETRO: 3/4 POL, TIPO: MANUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CASTELO COM ROSCA PARA FIXAÇÃO DE ACABAMENTO DE MESA, TEMPORIZADA, PARA LAVATÓRIO DE BANCADA.	Predial	UN	2
246	ENGATE HIDRÁULICO MATERIAL: PVC FLEXÍVEL, BITOLA: 1,2 POL, COMPRIMENTO: 60 CM, APLICAÇÃO: INSTALAÇÕES PREDIAIS ÁGUA FRIA	Predial	UN	1
247	MANTA DE ALUMÍNIO 1MM COM 10M	Predial	ROLO	
248	SIFÃO COPO METAL CROMADO PARA LAVATÓRIO, LARGURA TOTAL 30CM, ALTURA 12CM	Predial	UN	3
249	VÁLVULA DE PRESSÃO AUTOMÁTICA PARA MICTÓRIO VÁLVULA DESCARGA, MATERIAL: METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO, BITOLA: 1,2 POL, APLICAÇÃO: MICTÓRIO, TIPO: ROSCÁVEL	Predial	UN	1
250	MICTÓRIO MATERIAL: LOUÇA, FORMATO: OVAL, ALTURA: 0,50 M, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SIFONADO, COMPRIMENTO: 0,27 M, LARGURA: 0,30 M	Predial	UN	
251	CUBA DE EMBUTIR MATERIAL: LOUÇA, FORMATO: OVAL, DIMENSÕES: 48,50 X 37,50 CM, COR: BRANCA, TIPO: EMBUTIR, APLICAÇÃO: BANHEIRO	Predial	UN	
252	CHUVEIRO TRADICIONAL MATERIAL: PLÁSTICO, NÃO ELÉTRICO, TIPO: COM BRAÇO, COM REGISTRO, DIÂMETRO: 7 POL, COR: BRANCA, COMPRIMENTO BRAÇO: 35 CM, BITOLA: 1/2 E 3/4 POL	Predial	UN	
253	CONJUNTO VASO SANITÁRIO MATERIAL: CERÂMICA, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACOPLADO COM DESCARGA COM ACIONADOR SUPERIOR TIPO ECOLÓGICO, COMDUPLA ACIONAMENTO	Predial	un	
254	ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO MATERIAL: PLÁSTICO, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: VASO CELITE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALMOFADADO COM SOBRETAMPA BRILHANTE,FORMATO: OVAL	Predial	un	8
255	DUCHA HIGIÊNICA MATERIAL: METAL,COMPRIMENTO: 1,20 M, DIÂMETRO: 1,2 POL, ACABAMENTO: CROMADO	Predial	un	2
256	KIT DESCARGA COMPLETO REPARO VÁLVULA HIDRÁULICA, MATERIAL: METAL CROMADO, TIPO FIXAÇÃO: ENCAIXE, BITOLA: 1 1/4 POL, APLICAÇÃO: VÁLVULA DESCARGA DOCOL RI 484 AP, COMPONENTES: KIT COMPOSTO ANEL ROSCÁVEL E VEDAÇÃO,TRAVA METAL, TIPO:DESCARGA, REFERÊNCIA: 00022800	Predial	cj	2
257	PIA DE LOUÇA MATERIAL: LOUÇA, COMPRIMENTO: 57,50 CM, LARGURA: 37,50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SAÍDAVERTICAL, OVAL, VAZÃO REGULÁVEL 6L E TUBO	Predial	un	
258	PLACA DE VIDRO VIDRO LAMINADO, ESPESSURA: 6 MM, COR: BRONZE/PRATA, APLICAÇÃO: PORTAS, JANELAS, DIVISÓRIAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:			

	REFLETIVO – 1,12MX0,85M	Predial	un	2
259	CHAPAS MOLDADAS CHAPA GALVANIZADA, MATERIAL: ZINCO, LARGURA: 0,50 M, ESPESSURA: 0,65 MM	Predial	metro	2
260	TELHA MATERIAL: CERÂMICA, TIPO: PORTUGUESA, COMPRIMENTO: 39 CM, LARGURA: 21 CM, RENDIMENTO: 18 UN/M2, TOLERÂNCIA ABSORÇÃO ÁGUA: 12,50 PER, TOLERÂNCIA ABSORÇÃO CALOR: BAIXA, ACABAMENTOSUPERFICIAL: NATURAL, COR: OCRE	Predial	latão	
261	MASSA CORRIDA MÉTODO APLICAÇÃO: COM ESPÁTULA E DESEMPENADEIRA, TEMPO SECAGEM: 3 H, COMPOSIÇÃO BÁSICA: PVA - POLICLORETO DE VINILA, SOLUBILIDADE: ÁGUA, APLICAÇÃO: IMPERFEIÇÃO SUPERFÍCIE INTERNAPARA PINTURA	Predial	latão	
262	JUNTA FLEXÍVEL EM EPOXI, TIPO POLIPOX OU SIMILAR. JUNTA DE DILATAÇÃO ESTRUTURAL VERTICAL 2,5CM COR CINZA CLARO, COM DELIMITADOR DE PROFUNDIDADE TIPOESPAGUETE DE POLIETILENO OU EVA.	Predial	galão	2
263	ADITIVO VEDALIT PARA REBOCO COM 1 LITRO	Predial	litro	
264	BRITA MATERIAL: ROCHA TRITURADA, TAMANHO: BRITA 1 COM 20KG	Predial	sc	2
265	AREIA TIPO: NORMAL BRASILEIRA, GRANULOMETRIA: FINA COM 25KG	Predial	sc	2
266	CIMENTO TIPO: CP II - Z 32 COM 42,5KG	Predial	sc	2
267	MANTA ASFÁLTICA COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO E COMPOSTO ASFALTO MODIFICADO, ACABAMENTO: POLIURETANO E ALUMÍNIO, APRESENTAÇÃO: ROLO, COMPRIMENTO: 10 M, LARGURA: 30CM, ESPESSURA: 3 MM, APLICAÇÃO: IMPERMEABILIZAÇÃO E REVESTIMENTO	Predial	rolo	
268	ARGAMASSA AC3 SACO COM 20KG	Predial	saco	2
269	REJUNTE EPÓXI NA COR BRANCA/CINZA	Predial	gl	
270	TIJOLO CERÂMICO COM 8 FUROS 9X19X19CM	Predial	un	2
271	CAL DE PINTURA BÁSICA, SACO COM 5 KG	Predial	un	
272	SELADOR ACRÍLICO DE PAREDES 3,6L	Predial	gl	2
273	PAINEL PARA FORRO DE FIBRA MINERAL, RESISTENTE AO FOGO E BOA ABSORÇÃO SONORA, DIMENSÕES 625X625MM, ESPESSURA /PESO 15MM (APROX. 3,6KG/M2), TIPO DE BORDA SQUARE, COR BRANCO PURO COM TEXTURA, APLICAÇÃO: FORRO TETO, COMBUSTIBILIDADE CLASSE II-A CONFORME NORMA NBR 9442, TIPO KNAUF THERMATEX OU SIMILAR.	Predial	un	2
274	TÁBUA DE AZIMBRE 3 METROS	Predial	un	2
275	RIPÃO DE MADEIRA 5X2CM	Predial	un	2
276	ESTRIBO CA 60 4,20MM - 7X17CM	Predial	cx	
277	FERRO 3/8" 10MM BARRA COM 12 METROS	Predial	un	2
278	CHAPA DE MDF 2 FACES ESPESSURA DE 18MM	Predial	un	
279	MÁRMORE TRAVERTINO (RODAPÉ, ESCADA, ACABAMENTO DE PORTAS, E PEITORIL)	Predial	m²	2

280	PISO EM PORCELANATO RETIFICADO 40X40 CM	Predial	m²	
281	CIMENTO PORTLAND-II-F 42,5 KG	Predial	saco	
282	AREIA GROSSA	Predial	m³	
283	BRITA TIPO 1	Predial	m³	
284	TÁBUAS EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	Predial	m	
285	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA	Predial	m²	
286	PONTALETES EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	Predial	m	
287	SARRAFO EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	Predial	m	
288	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA	Predial	L	
289	CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS 5KG	Predial	saco	
290	AÇO(VERGALHÃO) ½" 12M	Predial	un	
291	AÇO(VERGALHÃO) 5/16 12M	Predial	un	
292	GESSO EM PÓ 20KG	Predial	kg	
293	IMPERMEABILIZANTE 18L	Predial	latão	
294	VEDALIT 3,6L	Predial	un	
295	VEDA FRESTAS P/ VIDROS	Predial	m	
296	SILICONE ACÉTICO USO GERAL INCOLOR 280 G	Predial	un	
297	ASFALTO MODIFICADO TIPO II - NBR 9910 (ASFALTO OXIDADO PARA IMPERMEABILIZAÇÃO	Predial	kg	
298	MANTA ASFÁLTICA ELASTOMÉRICA EM POLIÉSTER 4 MM ROLO DE 10M	Predial	rolo	
299	PAPEL KRAFT BETUMADO 120CM (CAMADA SEPARADORA ENTRE A MANTA E A PROTEÇÃO MECÂNICA);	Predial	kg	
300	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA NORMAL PARA ARGAMASSAS E CONCRETOS	Predial	L	
301	PRIMER IMPERMEABILIZANTE 18L	Predial	latão	
302	TÁBUAS EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO 30CM X 2CM X 3 METROS	Predial	un	
303	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA 15MM X 2,20 X 1,60	Predial	un	
304	PONTALETES EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	Predial	m	
305	SARRAFO EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	Predial	m	

306	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA	Predial	L	
307	DOBRADIÇAS DE 4" DAS PORTAS, DO TIPO ELEVAÇÃO, NA COR PRETA	Predial	Cartela	
308	FECHADURA, MARCA LA FONTE, LINHA CLASSIC, CONJUNTO 515, ACABAMENTO EM LATÃO CRA (CROMADO ACETINADO), EXTERNO, SENDO À DISTÂNCIA DE BROCA DE 5,5CM E A DISTÂNCIA ENTRE OS EIXOS DE 8CM	Predial	UN	
309	FECHADURA ESTREITA DE MATERIAL INOX DA MARCA PAPAIZ, OU SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE, SENDO À DISTÂNCIA DE BROCA DE 3,5 CM E A DISTÂNCIA ENTRE OS EIXOS DE 7 CM	Predial	UN	
310	FECHADURA TIPO/MODELO "LIVRE/OCUPADO	Predial	UN	
311	TINTA ESMALTE SINTÉTICO NA COR CINZA CLARO 3,6L	Predial	galão	
312	FECHOS DAS JANELAS MAXIM-AR, DO TIPO ALAVANCA 112MM NA COR PRETA	Predial	UN	
313	BRAÇO DE JANELA MAXIM-AR, DE TAMANHO 60CM, MARCA PROMEL, OU SIMILAR, NA COR PRETA COM ABERTURA DA JANELA ATÉ 90°	Predial	UN	
314	VIDRO 115CM X 93CM	Predial	UN	
315	PERFIL DE BORRACHA EPDM MACICO	Predial	m	
316	LONA PARA COBERTURA	Predial	m	
317	ESTICADOR PARA CABO DE AÇO 3/8	Predial	UN	
318	CABO DE AÇO ESPESSURA 3/8	Predial	m	
319	TINTA ÓLEO BRANCA	Predial	L	
320	TELHA DE BARRO / CERÂMICA, NÃO ESMALTADA, TIPO COLONIAL, CANAL, PLANISTA.	Predial	UN	2
321	ARAME GALVANIZADO 16 BWG	Predial	Kg	
322	TELHA TRAPEZOIDAL EM AÇO ZINCADO, SEM PINTURA DE DIMENSÃO 9,10 X 1,07	Predial	UN	
323	FITA ADESIVA ALUMINIZADA, PARA INSTALAÇÃO DE MANTAS DE SUBCOBERTURA 30CM	Predial	m²	1
324	GANCHO FIXAÇÃO TELHA 1/4 X 280MM	Predial	UN	3
325	PARAFUSO AUTO BROCANTE P/ TELHADO COM 500 UNIDADES	Predial	CAIXA	
326	CABO DE COBRE NU 35MM	Predial	m	
327	RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE INCOLOR - 3,6 LITROS	Predial	GALÃO	
328	TELA ALAMBRADOGALVANIZADA FIO 14 - 2,10 MM COM 20 METROS	Predial	RODO	
329	MOURÃO DE CONCRETO CURVO 2,6 METROS	Predial	UN	
330	TINTA VERDE EMBLEMA EPÓXI 3,6LITROS	Predial	GALÃO	

331	THINNER PARA EPÓXI DP-003 - 900ML	Predial	LATA	
332	TUBO PVC 150MM RETO	Predial	m	
333	JOELHO PVC 150 MM	Predial	UN	
334	CURVA PVC 45° 150 MM	Predial	UN	
335	CURVA PVC 90° 150 MM	Predial	UN	
336	TÊ PVC 150MM	Predial	UN	
337	PLACAS DE MÁRMORE DE 1,6M X 0.45M	Predial	m²	
338	MASSA PLÁSTICA PARA MÁRMORE E GRANITO 400G	Predial	UN	
339	TINTA SEMIBRILHO 18L CONCRETO	Predial	LATÃO	
340	TINTA SEMIBRILHO 18L BRANCO	Predial	LATÃO	
341	FITA CREPE 48MM X 50M	Predial	UN	
342	MASSA ACRÍLICA 18 LITROS	Predial	LATÃO	
343	THINNER 5L	Predial	LATA	
344	TINTA P/ PISO BRANCO 18LITROS	Predial	LATÃO	
345	TINTA P/ PISO AMARELA 18LITROS	Predial	LATÃO	
346	TINTA P/ PISO CINZA 18LITROS	Predial	LATÃO	
347	ROLO PEQUENO DE ESPUMA 5CM COM CABO	Predial	UN	
348	EXTENSOR DE ROLO PARA PINTURA COM 3 METROS	Predial	UN	
349	ROLO DE LÂ 23CM ANTI RESPINGO COM SUPORTE	Predial	UN	
350	BANDEJA CAÇAMBA P/ PINTURA 40L	Predial	UN	
351	PRIMER ASFÁLTICA PARA MANTA - 3,6 LITROS	Predial	GALÃO	
352	CERÂMICA BRANCA 40CM X 10CM	Predial	m²	2
353	FORRO DE GESSO MODULAR 0,62M X 0,62M	Predial	UN	4
354	PASTILHA CERÂMICA 10X10 BANHEIRO	Predial	m²	2
355	REJUNTE CIMENTICIO ADITIVADO 4KG	Predial	UN	
356	PORCELANATO 0,40M X 0,40M	Predial	UN	
357	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 20 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) COM 12 METROS	Predial	UN	2
358	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648) COM 12 METROS	Predial	UN	2

11/01/2024, 10:15SEI/MD - 6778359 - Termo de Referência

359	SOMBRITE COM COSTURA ELETRÔNICA NAS PONTAS PERMITINDO A PASSAGEM DO CABO DE AÇO DO ESTICADOR, COM FIOS DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM PROTEÇÃO DE RAIOS UV, ANTICHAMAS E SUJEIRA, NA COR VERDE COM AS MEDIDAS DE 5M X 5,20M	Predial	UN	
360	SOMBRITE COM COSTURA ELETRÔNICA NAS PONTAS PERMITINDO A PASSAGEM DO CABO DE AÇO DO ESTICADOR, COM FIOS DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COM PROTEÇÃO DE RAIOS UV, ANTICHAMAS E SUJEIRA, NA COR VERDE COM AS MEDIDAS DE 7,38 M X 5,20M.	Predial	UN	
361	LONA VINILONA DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, COM PROTEÇÃO CONTRA FOGO, MOFO, RAIOS UV E SUJEIRA NA COR VERDE COM ACABAMENTO DE COSTURA ELETRÔNICA, FEITA COM SISTEMA DE VULCANIZAÇÃO, RESULTANDO EM COSTURAS PERMANENTES COM MEDIDAS DE 2M X 2M	Predial	UN	

T

QUADRO RESUMO DO VALOR ANUAL ESTIMADO COM MATERIAIS E PEÇAS	QTD. MENSAL	
A - BOMBA PRIMÁRIA KSB MEGANORM 100-250 (BAGP)	1	
B - BOMBA SECUNDÁRIA KSB MEGANORM 80-400 (BAGS)	1	
C - FAN COIL	1	
D - GRUPO GERADOR	1	
E - KF/KM	1	
F - CHILLER	1	
G - ILUMINAÇÃO	1	
H - MANUTENÇÃO DAS EDIFICAÇÕES		
VALOR TOTAL ESTIMADO		
LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI) MÁX. 14,74% (*1)	14,74%	
VALOR ESTIMADO ANUAL COM MATERIAIS E PEÇAS + BDI		
VALOR ESTIMADO MENSAL COM MATERIAIS E PEÇAS		

(*1) incluir todas as despesas relativas a impostos, taxas, frete e demais encargos pertinentes, limitados a no máximo 15% (quinze por cento), BDI..

APENDICE VII - UNIFORMES

UNIFORMES				
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTD	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Camisa gola polo com bolso, e dois botões com identificação da empresa	4		
2	Calça jeans com identificação da empresa, com corte tradicional na cor azul índigo	4		
3	Meia cano longo na cor preta – par	4		
4	Bota de segurança, em couro, com cadarço, bico em PVC (EPI) – Par	2		
TOTAL				

APÊNDICE VIII : MODELO DE PROPOSTA

Proposta que faz a Empresa _____ para contratação visando a prestação de serviços técnicos especializada para **a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva, instalação, monitoramento e operação** dos Sistemas de Energia Elétrica - SEE, Sistemas Eletrônicos Complementares – SEC, Sistemas de Climatização – SCLIM, Sistema Hidrossanitário e Manutenção Predial, com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais de consumo, peças e equipamentos, para atender as necessidades do Centro Regional de Manaus do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, conforme as especificações e condições do Edital do Pregão Eletrônico nº.../202X envolvendo Postos de Serviços, quantitativos e preços descritos a seguir:

QUADRO RESUMO DA PROPOSTA
I – VALOR DOS SERVIÇOS:

ITEM	POSTO DE SERVIÇO	VALOR POR EMPREGADO (B) R\$	QTD DE EMPREGADOS POR POSTO (C) R\$	VALOR POR POSTO (D)=(B X C) R\$	QTD DE POSTOS (E)	VALOR TOTAL DO SERVIÇO (F)=(D x E) R\$

1	Engenheiro Elétrico		1		1	
2	Auxiliar de Manutenção		1		2	
3	Técnico em Eletrônica		1		2	
4	Técnico em Mecânica de Refrigeração		1		3	
5	Eletrotécnico		1		3	
6	Técnico de Informática I (diurno)		2		1	
7	Técnico de Informática I (noturno)		2		1	
8	Auxiliar de Manutenção (horista)		até 3		sob demanda até 240 hs (cálculo das 240 hs)	
VALOR MENSAL DOS POSTOS SEM HORISTAS						
VALOR TOTAL DOS HORISTAS (SOB DEMANDA)						
VALRO TOTAL ANUAL DOS POSTOS (COM AS 240 HORAS DOS FUNCIONÁRIOS SOB DEMANDA)						
VALOR DOS MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA SOB DEMANDA (Apêndice VI)						
VALOR GLOBAL ANUAL DA PROPOSTA						
VALOR MENSAL						

II – DEVERÃO SER ANEXADAS A ESTA PROPOSTA:

- APÊNDICE V - RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO/FERRAMENTAS/EQUIPAMENTOS EPI;
- APÊNDICE VI - MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA SOB DEMANDA;
- APÊNDICE VII - RELAÇÃO DE UNIFORMES; e
- APÊNDICE IX - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS;

Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto. Declaramos também que atendemos a todos os dispositivos constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº/2023

Prazo de validade da proposta: (não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias)

Dados da empresa: Razão Social; CNPJ; endereço; e-mail e telefone

Manaus/Am; _____ de _____ 2023

Assinatura do Representante Legal da Empresa (devidamente identificado)

APÊNDICE IX - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

do Processo:

Licitação Nº: ____/____

Dia __/__/__ às __:__ horas

REFERENTES À CONTRATAÇÃO		DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS)
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	

C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	
D	Número de meses de execução contratual:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)

Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra	
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
3	Salário Normativo da Categoria Profissional
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

Módulo 1 - Composição da

Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	

G	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea “G”.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
Total		

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total			

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6.

Diários.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência Médica e Familiar	
D	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

anuais, mensais e diários

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
Total		

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Férias	
B	Ausências Legais	
C	Licença-Paternidade	
D	Ausência por acidente de trabalho	
E	Afastamento Maternidade	
F	Outras (especificar)	
Total		

Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

Submódulo 4.2 - Intrajornada

4.2	Intrajornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	
Total		

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	
4.2	Intrajornada	
Total		

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		

Lucro

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

EMPREGADO

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR

	Mão de obra vinculada à execução contratua (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B +C+ D+E)		
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		

SERVIÇOS

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS

Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Serviço 1 (indicar)	R\$		R\$		R\$
II	Serviço 2 (indicar)	R\$		R\$		R\$

N	Serviço N (indicar)	R\$		R\$		R\$
Valor Mensal dos Serviços (I + II + N)						

DA PROPOSTA

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL

	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da (Valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato).	

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

APÊNDICE X : DECLARAÇÃO DE VISTORIA DA CONTRATANTE

Processo nº60091.000179/2022-79

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva, instalação, monitoramento e operação dos Sistemas de Energia Elétrica - SEE, Sistemas Eletrônicos Complementares – SEC, Sistemas de Climatização – SCLIM, Sistema Hidrossanitário e Manutenção Predial com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais de consumo, peças e equipamentos, para atender as necessidades do Centro Regional de Manaus do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, conforme condições, quantidades e exigências no Termo de Referência, do Edital de Licitação.

Declaramos na forma do PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202____, que o Senhor (a) _____, CPF nº _____, representante da empresa: _____, visitou o local para prestação dos serviços, e conhece as condições em que serão executados, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

Servidor do Censipam

Assinatura do Representante

CREA nº.: _____

Manaus-AM, ____ / ____ / 2023

APÊNDICE XI - FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E PEÇAS – FSMP

CONTRATADA: _____
DATA: ____/____/____

LOCAL DE ENTREGA	SOLICITANTE	TELEFONE
Centro Regional de Manaus - CR-MN do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam sediado na Avenida do Turismo, nº 1350 - Bairro:		

Tarumã - CEP 69041-010 - Manaus-AM de segunda a sexta-feira, de 08:30 às 16:00 horas				
Peças de Reposição / Material Solicitado	Preço Unitário	Und.	Qtd.	Preço Total
AUTORIZAÇÃO DE COMPRA		ENTREGA		
DATA: __/__/__		DATA: __/__/__		
Gestor/Fiscal do Contrato CENSIPAM-CR/MANAUS		Visto do Preposto da Empresa Visto do Fiscal Técnico		

APÊNDICE XII - DECLARAÇÃO INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada _____ (Endereço completo), por intermédio de seu representante legal/preposto, o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, em cumprimento ao disposto no item 10.6, letra “a”, do Anexo VII da IN nº 5/SG/MP/2017, que instalará escritório na cidade de Manaus - AM, por ocasião da futura contratação, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

Assinatura do declarante _____
Nome do declarante _____
Número da identidade do declarante: _____

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ).
Observação: O licitante responde pela veracidade das informações prestadas por meio deste documento, sob as penas cabíveis.
Obs.: Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

APÊNDICE XIII (A E B)- DECLARAÇÃO DE VISTORIA - LICITANTE

APÊNDICE XIII - A
DECLARAÇÃO DE VISTORIA - LICITANTE

Declaramos, em atendimento ao previsto no edital nº ____/202X, que a empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, em conformidade com o item 3.3 do Anexo VII-A da IN nº 5/SG/MP/2017 alterada pela IN nº 7/SG/MP/2018.

Manaus (AM), ____ de ____ de 2023.

Representante ou Preposto da Empresa

APÊNDICE XIII - B

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA - LICITANTE

Manaus (AM), ____ de ____ de 2023.

Representante ou Preposto da Empresa

APÊNDICE XIV - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES

Declaramos, em atendimento ao previsto no edital nº ____/202X, que a empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, que temos pleno conhecimento das condições das instalações, locais e peculiaridades inerentes à prestação do serviço e que assumimos total responsabilidade por esse fato e que não utilizaremos quaisquer questionamentos futuros decorrentes de avenças técnicas ou financeira com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, localizado na Avenida do Turismo, nº 1350 - Bairro: Tatumã - CEP 69041-010 - Manaus-AM.

Empresa: _____

C.N.P.J.(MF): _____ Telefone: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Responsável Técnico: _____

Registro do RT no CREA: _____

Manaus (AM), ____ de ____ de 2023.

Representante ou Preposto da Empresa

APÊNDICE XV - DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada _____ (Endereço completo), por intermédio de seu representante legal/preposto, o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, nos termos da Lei nº 8.666/93 (art. 30, II e § 6º), que disporá, por ocasião da futura contratação, de instalações, de aparelhamento e de pessoal técnico compatível com o objeto, capazes de atender a demanda dos serviços licitados, nos termos contidos no Termo de Referência.

Local, ____ de ____ de 2023.

Assinatura do declarante _____

Nome do declarante _____

Número da identidade do declarante: _____

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ).

Observação: O licitante responde pela veracidade das informações prestadas por meio deste documento, sob as penas cabíveis.

DO BDI

APÊNDICE XVI - VALOR

CÁLCULO DA TAXA DE BDI (LDI)
ACORDÃO 2622/2013 -TCU

DISCRIMINAÇÃO	MÁXIMO PERMITIDO	TAXAS %
L=Lucro Bruto - (máx. 6,22)	5,0000	5,0000
AC= Taxa de Rateio da Administração Central - (máx. 4,49)	3,3100	3,3100
DF=Taxa de Despesas financeiras - (máx. 1,11)	0,8500	0,8500
R+S+G=Taxa de Risco, Seguro e Garantias		1,0900
S=Seguros - (Obs. Seguro + Garantia, máx. 0,82)	0,2400	0,2400
R=Riscos e Imprevistos - (máx. 0,89)	0,8500	0,8500
I= Taxa Representativa dos impostos		3,6500

PIS	0,6500	0,6500
COFINS	3,0000	3,000
BDI(%)=		14,74%
BDI=((1+AC/100+R/100+S/100+G/100)*(1+DF/100)*(1+L/100)*1/(1-I/100)-1)*100		
Obs: Valores adotados de acordo com o Acordão 2622/2013 do TCU		



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Terra Coêlho, Assessor(a)**, em 22/12/2023, às 07:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **José Onaldo de Souza Júnior, Assessor(a)**, em 22/12/2023, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Franklin Fernando Teixeira, Gerente do Centro Regional**, em 22/12/2023, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 22/12/2023, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 27/12/2023, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6778359** e o código CRC **010F27B7**.